

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	21
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	22
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	107
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.471
Preferenciais	0
Total	48.471
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.022.329	1.808.022	1.989.272
1.01	Ativo Circulante	1.195.490	1.077.796	1.427.438
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.602	19.522	21.672
1.01.02	Aplicações Financeiras	132.452	133.518	229.138
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	132.452	133.518	229.138
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	132.452	133.518	229.138
1.01.03	Contas a Receber	387.256	369.381	403.570
1.01.03.01	Clientes	387.256	369.381	403.570
1.01.04	Estoques	474.510	415.936	533.887
1.01.06	Tributos a Recuperar	127.221	107.713	186.726
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	127.221	107.713	186.726
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	127.021	103.513	118.947
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contr.Social a Recuperar	200	4.200	67.779
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.449	31.726	52.445
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	30.449	31.726	52.445
1.01.08.01.01	Demais contas a receber	30.449	31.391	52.270
1.01.08.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	335	175
1.02	Ativo Não Circulante	826.839	730.226	561.834
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	348.517	303.413	144.469
1.02.01.03	Contas a Receber	0	0	426
1.02.01.03.01	Clientes	0	0	426
1.02.01.06	Tributos Diferidos	47.304	56.084	117.524
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.304	56.084	117.524
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	301.213	247.329	26.519
1.02.01.09.03	Imposto de Renda e Contr.Social a Recuperar	160.525	143.016	0
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	19.703	2.657	4.381
1.02.01.09.05	Créditos Tributários Adquiridos	102.192	90.448	0
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	14.840	6.770	8.237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.07	Demais Contas a Receber	715	1.368	571
1.02.01.09.08	Bens Destinados a Venda	3.238	3.070	13.330
1.02.02	Investimentos	460	977	526
1.02.02.01	Participações Societárias	460	977	526
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	448	838	387
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	12	139	139
1.02.03	Imobilizado	471.777	420.825	412.905
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	450.833	408.553	387.701
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.944	12.272	25.204
1.02.04	Intangível	6.085	5.011	3.934
1.02.04.01	Intangíveis	6.085	5.011	3.934
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	6.085	5.011	3.934

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.022.329	1.808.022	1.989.272
2.01	Passivo Circulante	1.309.778	1.391.790	1.691.637
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.864	10.976	8.483
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.864	10.976	8.483
2.01.02	Fornecedores	561.506	600.945	846.650
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.207	175.964	50.848
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	516.299	424.981	795.802
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.014	5.248	2.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.014	5.248	2.443
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.675	0	0
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	6.339	5.248	2.443
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	549.199	623.541	696.018
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	536.617	623.541	696.018
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	87.823	62.350	53.401
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	448.794	561.191	642.617
2.01.04.02	Debêntures	12.582	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	168.195	151.080	138.043
2.01.05.02	Outros	168.195	151.080	138.043
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	106.881	114.096	64.779
2.01.05.02.05	Outros Instrumentos Financeiros	22.250	23.117	0
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	39.064	13.867	73.264
2.02	Passivo Não Circulante	302.829	68.315	11.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	234.214	6.222	9.776
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.979	6.222	9.776
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.979	6.222	9.776
2.02.01.02	Debêntures	226.235	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	67.466	61.831	16
2.02.02.02	Outros	67.466	61.831	16

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	67.466	61.831	16
2.02.04	Provisões	1.149	262	1.597
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.149	262	1.597
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	1.149	262	1.597
2.03	Patrimônio Líquido	409.722	347.917	286.246
2.03.01	Capital Social Realizado	448.746	448.746	448.746
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-86.808	-149.216	-211.489
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.784	48.387	48.989

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.521.473	3.192.314	3.524.559
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.056.218	-2.951.569	-3.242.704
3.03	Resultado Bruto	465.255	240.745	281.855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-295.665	-273.483	-208.970
3.04.01	Despesas com Vendas	-254.147	-215.560	-180.137
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.440	-48.898	-44.118
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.691	33.247	19.009
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.795	-42.722	-3.711
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26	450	-13
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	169.590	-32.738	72.885
3.06	Resultado Financeiro	-81.203	111.965	-459.474
3.06.01	Receitas Financeiras	199.831	732.473	392.060
3.06.02	Despesas Financeiras	-281.034	-620.508	-851.534
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.387	79.227	-386.589
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.582	-17.557	133.425
3.08.01	Corrente	-17.876	-5.033	281
3.08.02	Diferido	-8.706	-12.524	133.144
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.805	61.670	-253.164
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	61.805	61.670	-253.164
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,27509	1,27231	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-149.688	-68.240	294.293
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.504	-221.772	94.303
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido antes Imposto renda e Contr.social	88.386	79.227	-386.589
6.01.01.02	Provisão para Perdas créditos tributários	6.835	0	-6.536
6.01.01.03	Provisão (reversão) para devedores duvidosos	-3.867	4.138	4.601
6.01.01.04	Juros e variação não realizada dos estoques e importação em andamento	0	0	-3.697
6.01.01.05	Provisão para (realização de) ajuste de estoque a valor de mercado , perda de estoque e ajuste a val	-508	-62.531	66.003
6.01.01.06	Swaps não realizados	-532	22.957	-209
6.01.01.07	Depreciação imobilizado	40.785	35.231	15.028
6.01.01.08	Amortização intangível e do ágio	1.956	2.508	2.202
6.01.01.09	Provisão para (reversão de) contingências, liquidas	887	-1.335	258
6.01.01.10	Perda (ganho) equivalência patrimonial	-26	-451	13
6.01.01.11	Ganho (perda) na venda de investimentos e Intangível	-4.273	107	0
6.01.01.12	Ganho (perda) na venda de Ativo Imobilizado e intangível	1.485	4.651	-147
6.01.01.13	Reversão de deságio créditos tributários adquiridos	0	29.917	0
6.01.01.14	Reversão de perdas na realização de bens destinados à venda	-531	-438	-184
6.01.01.15	Reversão provisão deságio impostos a recuperar	-32	216	-520
6.01.01.16	Juros e encargos financeiros passivo não circulante	6.071	41.870	99
6.01.01.17	Juros e encargos financeiros ativo não circulante	-11.744	-49.385	0
6.01.01.18	Juros e variação cambial não realizados de fornecedores e empréstimos, demais pagar, clientes estoqu	-1.476	-330.260	403.014
6.01.01.19	Provisão para férias, 13 salário e PLR	2.207	1.806	967
6.01.01.20	Juros não realizados de debentures	14.881	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-290.192	153.532	199.990
6.01.02.01	Contas receber de clientes	-13.953	23.434	-36.890
6.01.02.03	Estoques	-60.292	178.943	-54.631
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-82.705	-77.924	-105.033
6.01.02.06	Demais contas a receber	1.596	20.081	-28.740
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-3.091	1.466	-718

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.08	Bens destinados a venda	363	10.698	3.005
6.01.02.09	Fornecedores	-33.393	-47.515	257.516
6.01.02.10	Contratação de financiamentos de importação	471.547	1.069.227	743.519
6.01.02.11	Pagamento do valor principal de financiamentos de importação	-583.055	-971.775	-546.113
6.01.02.12	Pagamentos de juros de financiamentos	-6.616	-57.528	-24.655
6.01.02.13	Salários e encargos sociais	680	687	-5.889
6.01.02.15	Tributos a recolher	654	-1.588	1.229
6.01.02.16	Adiantamentos de clientes	-7.215	49.317	227
6.01.02.17	Demais contas a pagar	25.288	-43.991	23.271
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos - antecipação	0	0	-26.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76.723	-38.822	-160.764
6.02.01	Adições em investimentos	-12	0	-400
6.02.02	Dividendos recebidos	416	0	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-87.306	-42.580	-168.500
6.02.04	Recebimentos por venda de ativo imobilizado	8.411	7.064	15.215
6.02.05	Adições no intangível	-2.644	-3.306	-1.112
6.02.06	Recebimento por venda de investimentos	4.412	0	0
6.02.07	Ações em tesouraria	0	0	-5.967
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	249.425	9.292	-1.164
6.03.01	Contratação de empréstimos e financiamentos	141.498	51.166	5.130
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-116.010	-41.248	-3.683
6.03.03	Emissão de debentures	228.000	0	0
6.03.04	Pagamento de prêmios na emissão de debentures	-4.063	0	0
6.03.05	Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio	0	-626	-4.543
6.03.06	Aumento do capital social	0	0	1.932
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.014	-97.770	132.365
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	153.040	250.810	118.445
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176.054	153.040	250.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.805	0	61.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.805	0	61.805
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	603	-603	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	603	-603	0
5.07	SalDOS Finais	448.746	0	0	-86.808	47.783	409.721

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.669	0	61.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.669	0	61.669
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	603	-603	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	603	-603	0
5.07	Saldos Finais	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	429.781	17.033	46.013	0	0	492.827
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.630	0	1.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	429.781	17.033	46.013	1.630	0	494.457
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.965	-17.033	-5.967	0	0	-4.035
5.04.01	Aumentos de Capital	18.965	-17.033	0	0	0	1.932
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-5.967	0	0	-5.967
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-59.055	-194.109	0	-253.164
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-253.164	0	-253.164
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-59.055	59.055	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.009	-19.009	48.989	48.989
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	19.009	-19.009	48.989	48.989
5.07	Saldos Finais	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.633.762	3.270.630	3.810.642
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.593.897	3.256.887	3.589.804
7.01.02	Outras Receitas	6.059	3.833	1.296
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.800	14.378	224.361
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-3.994	-4.468	-4.819
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.290.663	-3.172.108	-3.760.703
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.855.519	-2.860.081	-3.183.332
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371.460	-287.301	-424.204
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-63.167	-24.621	-152.507
7.02.04	Outros	-517	-105	-660
7.03	Valor Adicionado Bruto	343.099	98.522	49.939
7.04	Retenções	-42.355	-37.361	-16.843
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.355	-37.361	-16.843
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	300.744	61.161	33.096
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	174.550	714.135	366.808
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26	451	-13
7.06.02	Receitas Financeiras	172.662	709.030	368.114
7.06.03	Outros	1.862	4.654	-1.293
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	475.294	775.296	399.904
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	475.294	775.296	399.904
7.08.01	Pessoal	113.550	84.409	73.008
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.009	61.602	52.855
7.08.01.02	Benefícios	26.018	18.655	16.660
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.523	4.152	3.493
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	87.956	65.929	-205.367
7.08.02.01	Federais	61.345	51.802	-174.283
7.08.02.02	Estaduais	26.124	13.671	-31.473
7.08.02.03	Municipais	487	456	389

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	211.983	563.289	785.427
7.08.03.01	Juros	193.246	508.722	768.675
7.08.03.02	Aluguéis	8.344	6.975	8.599
7.08.03.03	Outras	10.393	47.592	8.153
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.805	61.669	-253.164
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.805	61.669	-253.164

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.022.844	1.808.603	1.989.272
1.01	Ativo Circulante	1.196.364	1.079.099	1.427.819
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.476	20.840	22.053
1.01.02	Aplicações Financeiras	132.452	133.518	229.138
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	132.452	133.518	229.138
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	132.452	133.518	229.138
1.01.03	Contas a Receber	387.256	369.381	403.570
1.01.03.01	Clientes	387.256	369.381	403.570
1.01.04	Estoques	474.510	415.935	533.887
1.01.06	Tributos a Recuperar	127.234	107.714	186.726
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	127.234	107.714	186.726
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	127.021	103.514	118.947
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contr.Social a Recuperar	213	4.200	67.779
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.436	31.711	52.445
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	30.436	31.711	52.445
1.01.08.01.01	Demais Contas a Receber	30.436	31.376	52.270
1.01.08.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	335	175
1.02	Ativo Não Circulante	826.480	729.504	561.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	348.517	303.414	144.476
1.02.01.03	Contas a Receber	0	0	426
1.02.01.03.01	Clientes	0	0	426
1.02.01.06	Tributos Diferidos	47.304	56.085	117.531
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.304	56.085	117.531
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	301.213	247.329	26.519
1.02.01.09.03	Imposto de Renda e Contr.Social a Recuperar	160.525	143.016	0
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	19.703	2.657	4.381
1.02.01.09.05	Créditos Tributários Adquiridos	102.192	90.448	0
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	14.840	6.770	8.237

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.07	Demais Contas a Receber	715	1.368	571
1.02.01.09.08	Bens Destinados a Venda	3.238	3.070	13.330
1.02.02	Investimentos	12	139	139
1.02.02.01	Participações Societárias	12	139	139
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	12	139	139
1.02.03	Imobilizado	471.794	420.848	412.905
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	450.850	408.576	387.701
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.944	12.272	25.204
1.02.04	Intangível	6.157	5.103	3.933
1.02.04.01	Intangíveis	6.157	5.103	3.933
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	6.157	5.103	3.933

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.022.844	1.808.603	1.989.272
2.01	Passivo Circulante	1.310.293	1.392.370	1.691.637
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.889	11.003	8.483
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.889	11.003	8.483
2.01.02	Fornecedores	561.591	600.767	846.650
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.292	175.786	50.848
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	516.299	424.981	795.802
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.424	5.977	2.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.424	5.977	2.443
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.675	14	0
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	6.749	5.963	2.443
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	549.199	623.541	696.018
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	536.617	623.541	696.018
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	87.823	62.350	53.401
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	448.794	561.191	642.617
2.01.04.02	Debêntures	12.582	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	168.190	151.082	138.043
2.01.05.02	Outros	168.190	151.082	138.043
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	106.881	114.096	64.779
2.01.05.02.05	Outros Instrumentos Financeiros	22.250	23.117	0
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	39.059	13.869	73.264
2.02	Passivo Não Circulante	302.829	68.316	11.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	234.214	6.222	9.776
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.979	6.222	9.776
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.979	6.222	9.776
2.02.01.02	Debêntures	226.235	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	67.466	61.832	16
2.02.02.02	Outros	67.466	61.832	16

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	67.466	61.832	16
2.02.04	Provisões	1.149	262	1.597
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.149	262	1.597
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	1.149	262	1.597
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	409.722	347.917	286.246
2.03.01	Capital Social Realizado	448.746	448.746	448.746
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-86.808	-149.216	-211.489
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.784	48.387	48.989

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.521.471	3.192.312	3.524.559
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.105.630	-2.976.364	-3.242.704
3.03	Resultado Bruto	415.841	215.948	281.855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-246.183	-248.456	-208.976
3.04.01	Despesas com Vendas	-203.584	-189.476	-180.137
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-65.498	-49.505	-44.121
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.694	33.247	19.009
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.795	-42.722	-3.727
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	169.658	-32.508	72.879
3.06	Resultado Financeiro	-81.263	111.931	-459.474
3.06.01	Receitas Financeiras	199.840	732.479	392.060
3.06.02	Despesas Financeiras	-281.103	-620.548	-851.534
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.395	79.423	-386.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.590	-17.753	133.431
3.08.01	Corrente	-17.885	-5.229	281
3.08.02	Diferido	-8.705	-12.524	133.150
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.805	61.670	-253.164
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	61.805	61.670	-253.164
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	61.805	61.670	-253.164
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,27509	1,27231	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-149.710	-67.163	294.274
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.564	-221.081	94.284
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido antes imposto renda e contr.social	88.394	79.422	-386.595
6.01.01.02	Provisão perdas créditos tributários	6.835	0	-6.536
6.01.01.03	Provisão (reversão) para devedores duvidosos	-3.867	4.138	4.601
6.01.01.04	Juros e variação não realizada dos estoques e importação em andamento	0	0	-3.697
6.01.01.05	Provisão para(realização de) ajuste de estoque a valor de mercado, perda de estoque e ajuste a valor	-508	-62.531	66.003
6.01.01.06	Swaps não realizados	-532	22.957	-209
6.01.01.07	Depreciação imobilizado	40.790	35.235	15.028
6.01.01.08	Amortização intangível e do ágio	1.977	2.528	2.202
6.01.01.09	Provisão para(reversão de) contingências, líquidas	887	-1.335	258
6.01.01.11	Ganho (perda) na venda de investimentos	-4.273	0	0
6.01.01.12	Ganho (perda) na venda de imobilizado e intangível	1.485	4.758	-147
6.01.01.13	Reversão deságio créditos tributários adquiridos	0	29.917	0
6.01.01.14	Reversão de perdas na realização de bens destinados à venda	-531	-438	-184
6.01.01.15	Reversão provisão deságio impostos a recuperar	-32	216	-520
6.01.01.16	Juros e encargos financeiros passivo não circulante	6.071	41.870	99
6.01.01.17	Juros e encargos financeiros ativo não circulante	-11.744	-49.385	0
6.01.01.18	Juros e variação cambial não realizados de fornecedores e empréstimos, clientes, contas pagar, estoq	-1.476	-330.260	403.014
6.01.01.19	Provisão para férias, 13 salário e PLR	2.207	1.827	967
6.01.01.20	Juros não realizados de debêntures	14.881	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-290.274	153.918	199.990
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-13.953	23.434	-36.890
6.01.02.03	Estoques	-60.292	178.943	-54.631
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-82.717	-77.924	-105.033
6.01.02.06	Demais contas a receber	1.594	20.096	-28.739
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-3.091	1.466	-718
6.01.02.08	Bens destinados a venda	363	10.698	3.004

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.09	Fornecedores	-33.131	-47.692	257.516
6.01.02.10	Contratação de financiamentos de importação	471.547	1.069.227	743.519
6.01.02.11	Pagamento do valor principal de financiamentos de importação	-583.055	-971.775	-546.113
6.01.02.12	Pagamentos de juros de financiamentos	-6.616	-57.528	-24.655
6.01.02.13	Salários e encargos sociais	679	692	-5.889
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	0	1.229
6.01.02.15	Tributos a recolher	361	-873	0
6.01.02.16	Adiantamentos de clientes	-7.215	49.317	227
6.01.02.17	Demais contas a pagar	25.286	-43.988	23.271
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos - antecipação	-34	-175	-26.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-77.145	-38.962	-160.364
6.02.01	Adições em investimentos	-12	0	0
6.02.02	Dividendos recebidos	-6	0	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-87.306	-42.607	-168.500
6.02.04	Recebimentos por venda de ativo imobilizado	8.411	7.064	15.215
6.02.05	Adições no intangível	-2.644	-3.419	-1.112
6.02.06	Recebimento por venda de investimentos	4.412	0	0
6.02.07	Ações em tesouraria	0	0	-5.967
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	249.425	9.292	-1.164
6.03.01	Contratação de empréstimos e financiamentos	141.498	51.166	5.130
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-116.010	-41.248	-3.683
6.03.03	Emissão de debentures	228.000	0	0
6.03.04	Pagamento de prêmios na emissão de debentures	-4.063	0	0
6.03.05	Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio	0	-626	-4.543
6.03.06	Aumento do capital social	0	0	1.932
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.570	-96.833	132.746
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	154.358	251.191	118.445
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176.928	154.358	251.191

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916	0	347.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916	0	347.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.805	0	61.805	0	61.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.805	0	61.805	0	61.805
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	603	-603	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	603	-603	0	0	0
5.07	Saldos Finais	448.746	0	0	-86.808	47.783	409.721	0	409.721

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247	0	286.247
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247	0	286.247
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.669	0	61.669	0	61.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.669	0	61.669	0	61.669
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	603	-603	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	603	-603	0	0	0
5.07	Saldos Finais	448.746	0	0	-149.216	48.386	347.916	0	347.916

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	429.781	17.033	46.013	0	0	492.827	0	492.827
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.630	0	1.630	0	1.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	429.781	17.033	46.013	1.630	0	494.457	0	494.457
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.965	-17.033	-5.967	0	0	-4.035	0	-4.035
5.04.01	Aumentos de Capital	18.965	-17.033	0	0	0	1.932	0	1.932
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-5.967	0	0	-5.967	0	-5.967
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-59.055	-194.109	0	-253.164	0	-253.164
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-253.164	0	-253.164	0	-253.164
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-59.055	59.055	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.009	-19.009	48.989	48.989	0	48.989
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	19.009	-19.009	48.989	48.989	0	48.989
5.07	Saldos Finais	448.746	0	0	-211.488	48.989	286.247	0	286.247

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.633.762	3.270.630	3.810.642
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.593.897	3.256.887	3.589.804
7.01.02	Outras Receitas	6.059	3.833	1.296
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.800	14.378	224.361
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-3.994	-4.468	-4.819
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.290.143	-3.171.163	-3.760.716
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.904.931	-2.884.876	-3.183.332
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-321.528	-261.561	-424.204
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-63.167	-24.621	-152.507
7.02.04	Outros	-517	-105	-673
7.03	Valor Adicionado Bruto	343.619	99.467	49.926
7.04	Retenções	-42.382	-37.386	-16.843
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.382	-37.386	-16.843
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	301.237	62.081	33.083
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	174.536	713.690	366.821
7.06.02	Receitas Financeiras	172.662	709.030	368.114
7.06.03	Outros	1.874	4.660	-1.293
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	475.773	775.771	399.904
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	475.773	775.771	399.904
7.08.01	Pessoal	113.912	84.625	73.008
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.321	61.791	52.855
7.08.01.02	Benefícios	26.049	18.670	16.660
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.542	4.164	3.493
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.066	66.176	-205.367
7.08.02.01	Federais	61.449	52.049	-155.274
7.08.02.02	Estaduais	26.124	13.668	-50.482
7.08.02.03	Municipais	493	459	389
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	211.990	563.298	785.427

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.01	Juros	193.250	508.731	768.675
7.08.03.02	Aluguéis	8.344	6.975	8.599
7.08.03.03	Outras	10.396	47.592	8.153
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.805	61.672	-253.164
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.805	61.672	-253.164

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A., (“Heringer” ou “Companhia”) vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

Breve Histórico

A Fertilizantes Heringer S.A. é uma das empresas pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes, com atuação nacional e 43 anos de presença neste mercado. A Companhia teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos diferenciados, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia foi constituída em 1968, pelo engenheiro agrônomo Dalton Dias Heringer, como uma empresa individual sob a denominação de Dalton Dias Heringer.

Atualmente, a Heringer comercializa fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais em 19 unidades de mistura localizadas nas principais regiões de consumo do Brasil, possuindo capacidade de produção de mistura de 5,7 milhões de toneladas, levando-se em consideração o ajuste da capacidade produtiva à sazonalidade.

A Companhia distribui fertilizantes para produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional. Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais por meio de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização a Companhia abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.

Em março de 2008, foi constituída a Lógica Transportes S.A, subsidiária integral da Companhia, para operação de transportes rodoviários e prestação de serviços a terceiros. Em Outubro de 2010, a razão social passou a ser Logfert Transportes S.A.

No final de 2008, iniciou-se a produção da fábrica de ácido sulfúrico e super fosfato simples (SSP) em Paranaguá - PR, com capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano de ácido sulfúrico e 300 mil de SSP.

Na área da Governança Corporativa, foi instalado, a partir do exercício de 2008, o Conselho Fiscal da Companhia, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoVisão geral da economia e da agricultura

O ano de 2010 foi o segundo ano de recuperação da economia mundial pós crise financeira de 2008. As economias emergentes como Brasil, China e Índia apresentaram crescimento econômico bem superior às economias desenvolvidas, como dos Estados Unidos e União Européia.

As políticas públicas monetária e fiscal expansionistas foram mantidas, principalmente nos Estados Unidos e União Européia, com intuito de aumento de produção, emprego e renda.

Como consequência do excesso de liquidez nos mercados, o dólar se enfraqueceu, provocando a valorização de diversas *commodities* e moedas, inclusive o Real.

Em 2010, o PIB brasileiro cresceu em torno de 7,5%, nível recorde para as últimas duas décadas. Esse desempenho foi fortemente influenciado pelas medidas anti-cíclicas adotadas pelo governo federal, que estimularam o consumo doméstico e o investimento produtivo.

Aqui, a forte recuperação econômica derreteu a taxa de desemprego, que bateu recorde ao atingir 6.8%, o nível mais baixo da série histórica. A redução da população desocupada, aliada ao aumento da renda real do trabalhador e o aumento do crédito a pessoa física, impulsionou o consumo.

O ritmo de crescimento, atrelado aos problemas de oferta no segundo semestre, teve como consequência a elevação da inflação, levando o Banco Central a atuar, elevando os juros desde o início do ano, para manter a inflação dentro da meta.

No que diz respeito à agricultura brasileira, o ano de 2010 foi de forte recuperação de preços, principalmente a partir de setembro e apresentou um cenário muito promissor. As principais *commodities* agrícolas apresentaram cotações bastante elevadas, impulsionadas pela demanda global por alimentos, puxada por países emergentes liderados pela China, além dos problemas climáticos sofridos pela Argentina e Rússia, o que reduziu a oferta. A urbanização mundial também tem sido um fator preponderante nesse processo.

Em 2010, o agronegócio brasileiro continuou sendo um dos principais pilares da economia, representando cerca de um terço do PIB e aproximadamente 40% das exportações do país. O Brasil é um dos principais players do Agronegócio mundial, sendo o maior produtor e exportador de café, açúcar e suco de laranja, segundo maior produtor e exportador de soja em grão e assumiu a liderança nos segmentos de carne bovina e frango. É também o único país ainda com disponibilidade de vastas áreas de terras agricultáveis, além de possuir recursos hídricos abundantes e clima propício para o crescimento sustentável do agronegócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado Brasileiro de Fertilizantes

Segundo a ANDA, no ano de 2010, as entregas foram de 24,5 milhões de toneladas, representando um aumento de 9,4% em relação a 2009.

As entregas por região praticamente não sofreram alterações em relação a 2009. O Norte consumiu 1,9%, o Nordeste 12,2%, o Sul 27,6%, o Sudeste 28,6% e o Centro-Oeste 29,7%.

Em 2010, praticamente todas as culturas contribuíram para o aumento do volume de entregas de 9,4% em relação ao mesmo período de 2009.

Os fertilizantes nitrogenados apresentaram evolução de 11,8% em relação ao ano anterior, devido ao aumento de demanda para as culturas de cana de açúcar, algodão, café, milho e arroz.

Os fertilizantes fosfatados registraram aumento de 1,3% em relação a 2009. Vale destacar que as entregas do último trimestre, com a intensificação do plantio da soja e milho, foram decisivas para reversão da queda nas entregas do P2O5 que se apresentava nos trimestres anteriores.

Nos fertilizantes potássicos, o crescimento registrado foi de 23,7%, retomando patamares históricos.

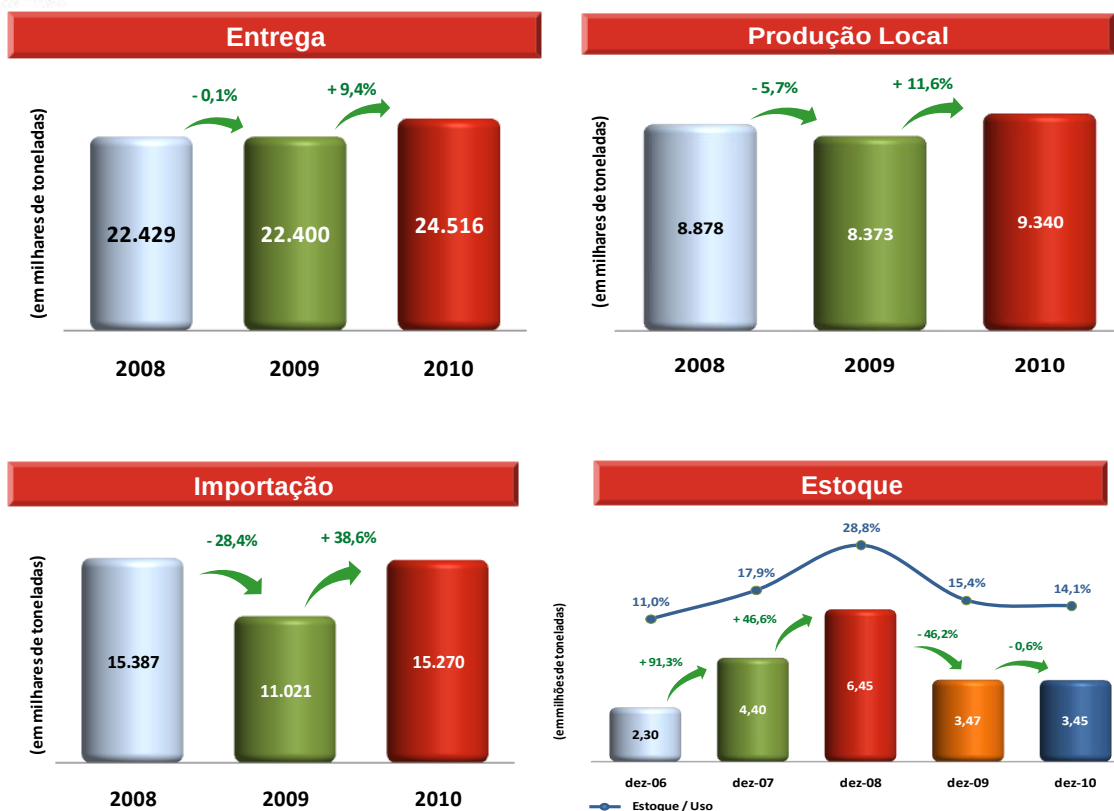
Em 2010, a produção nacional foi de 9,3 milhões de toneladas, representando um aumento de 11,6% em relação a 2009, sendo que os fertilizantes nitrogenados e fosfatados aumentaram 2,5% e 10,5% respectivamente e os potássicos registraram queda de 7,5%.

Em 2010 as importações apresentaram um crescimento de 38,6%, passando de 11,0 milhões em 2009 para 15,3 milhões em 2010, devido ao aumento da demanda do mercado, além de não ter havido excesso de passagem de estoque no mercado para 2010, como houve de 2008 para 2009.

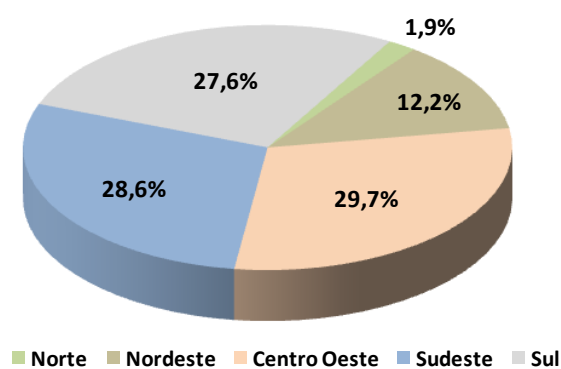
Os estoques de fertilizantes em poder da indústria de fertilizantes indicavam no final de dezembro de 2010 um volume de 3,45 mil toneladas, ou seja, um volume semelhante ao apurado no final de dezembro de 2009 que foi de 3,47 mil toneladas.

Os estoques estiveram ajustados no decorrer de 2010, apresentando adequada relação estoque/uso, sendo de 15,4% em 2009 e de 14,1% em 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Distribuição das entregas brasileiras por região - 2010



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



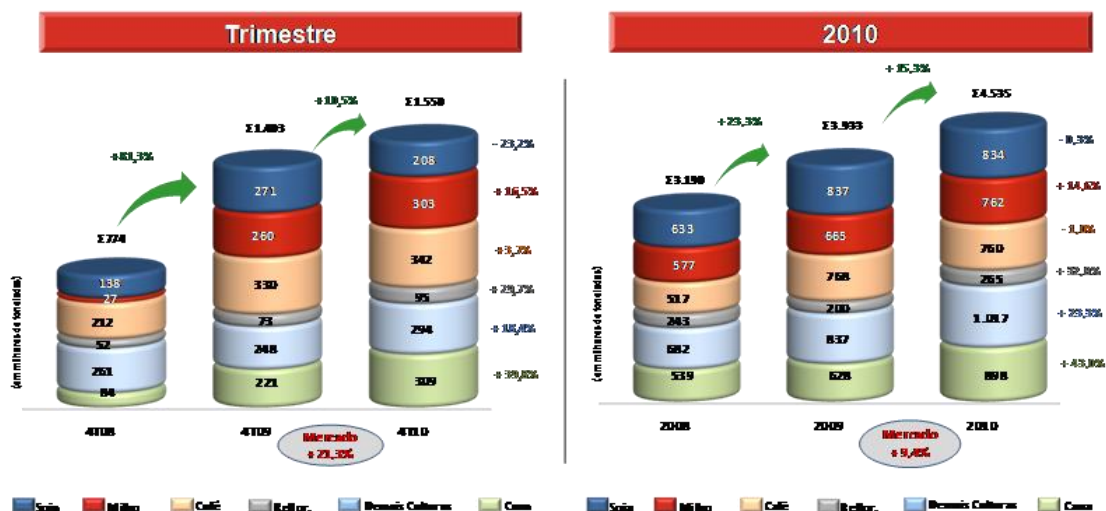
Vendas e Distribuição por Cultura da Heringer

Em 2010, o volume entregue aumentou, passando de 3.933 mil toneladas em 2009 para 4.535 mil toneladas, um crescimento de 15,3%.

Destaca-se neste período um forte crescimento, de 43,0%, na entrega de fertilizantes para cana de açúcar, devido ao incremento do uso de fertilizantes nas áreas colhidas e forte demanda dos produtos derivados desta cultura. O reflorestamento teve um aumento de 32,8%, tendo em vista o incremento nas áreas de plantio, principalmente no Centro Oeste e Nordeste do país e também a retomada dos preços dos derivados dessa cultura, proporcionando maior lucratividade e como consequência a melhora do manejo da cultura. O milho cresceu 14,6%, em decorrência do aumento do plantio do milho safrinha no 1S10. O volume comercializado para a cultura da soja praticamente se manteve nos mesmos patamares de 2009. Houve queda de 1,0% na cultura de café devido basicamente ao atraso das chuvas nas principais regiões produtoras.

As demais culturas somadas cresceram 23,3%. Atualmente contemplam mais de 70 culturas, entre elas: algodão, hortifruti, flores, citrus, etc. É importante salientar que as entregas para as demais culturas tem tido um expressivo crescimento e representaram, em 2010, 22,4%.

A abrangência nacional da Heringer também mitiga problemas associados ao clima, pragas e doenças que podem atingir determinadas regiões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Produtos Especiais

Os produtos especiais têm contribuído para as margens da Heringer e também para a fidelização dos clientes.

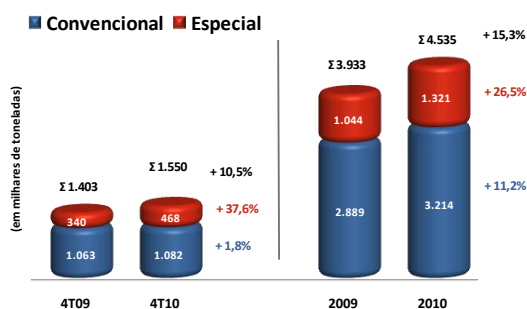
A participação dos produtos especiais nas vendas totais passou de 27% em 2009 para 29% em 2010, um crescimento de 2 pontos percentuais.

O volume em 2010 foi de 1.321 mil toneladas, 26,5% superior ao ano de 2009, que foi de 1.044 mil.

Os produtos especiais são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer que possuem características agrônômicas superiores aos padrões de mercado. A empresa possui um dos maiores portfólios de fertilizantes especiais do mercado (31 produtos), com potencial de uso em todas as culturas. O desenvolvimento desta linha de produtos visa um melhor atendimento das necessidades nutricionais das culturas, objetivando aumento de produtividade e qualidade.

Aliado a isso, a Heringer conta com um corpo técnico capacitado, composto por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Este corpo técnico trabalha de forma ativa com importantes pesquisadores do ramo da fertilidade do solo e nutrição de plantas, de forma a estar sempre atualizado sobre as novas técnicas e parâmetros para uma correta nutrição e fertilização das lavouras.

Participação dos Produtos Especiais



Linha de Produtos Especiais



Volume de vendas

4T09	4T10	2009	2010
76%	70%	73%	71%
24%	30%	27%	29%



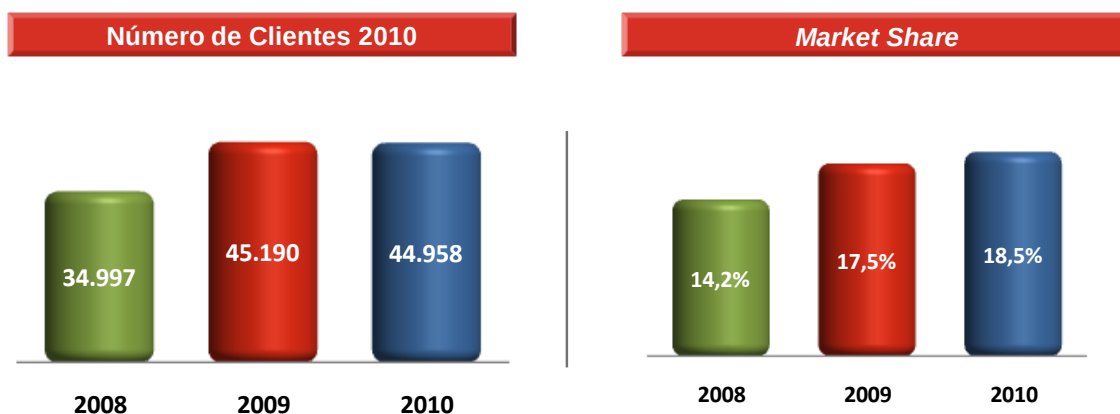
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Base de Clientes e Participação de Mercado

O número de clientes foi de 44.958 em 2010, mantendo sólida base de clientes distribuídos por todo território nacional, atendendo a mais de 70% dos municípios brasileiros.

O market share em 2010, cresceu 1 ponto percentual, atingindo 18,5%. A Heringer manteve seu crescimento orgânico, visando atender cada vez mais clientes com pontualidade, eficiência e qualidade dos produtos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Unidades de Misturas e Capacidade de Produção

A Heringer possui atualmente 19 unidades de mistura e um escritório comercial, distribuídas nas regiões, sudeste, centro oeste, sul e nordeste. Dentre essas unidades, quatro delas iniciaram suas operações em 2010, sendo uma unidade própria, a de Dourados/MS, uma unidade alugada, a de Anápolis/GO e duas terceirizadas, sendo São João do Manhuaçu/MG e Rio Grande/RS.

No 3T10, foi inaugurada a unidade de Dourados, em substituição à unidade de Rio Brilhante-MS, que era alugada.

Além disso, foram feitas ampliações das capacidades de produção das unidades de Rosário do Catete, Iguatama, Catalão, Rio Verde, Ourinhos, Rondonópolis e Porto Alegre, para melhor atender os agricultores dessas regiões.

Em Paranaguá/PR, a Heringer possui uma planta de ácido sulfúrico e SSP (super fosfato simples).

A capacidade instalada de mistura atual é de 5,7 milhões de toneladas anuais, atendendo as necessidades das entregas da Companhia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADOS FINANCEIROS (R\$Mil)****DRE 2010**

Em 2010, a receita líquida foi de R\$ 3.521,5 milhões, superior em 10,3% ao ano de 2009. Basicamente, esse resultado deveu-se ao aumento do volume de entregas de 15,2 % em relação a 2009 e à queda de 1,0% no preço médio de vendas, que em 2010 foi de R\$ 758,97, enquanto em 2009 foi de R\$ 765,92.

Salientamos que somos tomadores de preços baseados em dólar, o que em linhas gerais explica as alterações para cima ou para baixo do preço médio de vendas por toneladas.

O CPV em 2010 foi de R\$ 3.056,2 milhões, superior 3,5% ao CPV de 2009 que foi de R\$ 2.951,2 milhões. O percentual sobre a receita líquida em 2010 foi de 86,8%, inferior ao percentual de 2009, que foi de 92,5%.

No CPV de 2010, está incluso R\$ 31,3 milhões referente aos custos da planta de produção de SSP e ácido sulfúrico em Paranaguá – PR, em função da paralisação dessa unidade. Nesse valor também está incluído o custo de uma parada para manutenção em março de 2010.

O lucro bruto de 2010 foi de R\$ 465,3 milhões, contra R\$ 240,7 milhões em 2009. A margem bruta em 2010 foi de 13,2%, enquanto em 2009 foi de 7,5%. Na segregação desse resultado por segmento, obtivemos no segmento de mistura e distribuição de fertilizantes R\$ 488,9 milhões representando uma margem bruta de 14,0%, e no segmento de produção de SSP e ácido sulfúrico um resultado negativo de R\$ 23,6 milhões com uma margem negativa de 65,7%.

As despesas VG&A foram de R\$ 318,6 milhões, representando 9,0% da receita líquida, ligeiramente superior ao ano de 2009 que foi de 8,3%. É importante salientar novamente, que o percentual das despesas VG&A também é impactado pela alta ou queda do preço médio de vendas, como também do volume. Em valores absolutos, as despesas VG&A cresceram 20,5%, mas por tonelada 7,6%. Em 2010 foram de R\$ 68,69 por tonelada e em 2009 de R\$ 63,45. Por conseguinte, houve um ganho real de produtividade em face de um crescimento de 10,3% da receita líquida em 2010. Também o crescimento das despesas VG&A ficou em linha com os índices inflacionários. É uma preocupação constante da Companhia a adequada gestão das despesas, na busca de uma melhor rentabilidade.

Assim, a variação de R\$ 51,9 milhões em 2010 x 2009, divide-se em R\$ 38,5 milhões com despesas com vendas e R\$ 13,4 milhões com gerais e administrativas. Esse incremento deu-se basicamente em:

- a) Fretes de entrega, tendo em vista o expressivo aumento do volume nesse período na modalidade CIF, aliado ao aumento do preço dos fretes. Salientamos que os fretes de entrega fazem parte da formação do preço de venda.
- b) Despesas com propaganda e publicidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- c) Salários e encargos referentes a aumentos salariais por dissídio sindical, enquadramentos de faixa e aumento do quadro, em função do aumento de volume de produção e entregas, bem como o início da produção de novas unidades.
- d) Despesas com vendas incluindo comissões, viagens e treinamento da equipe de vendas.
- e) Outras despesas incluindo manutenção, TI e consultorias.

O EBITDA em 2010 foi de R\$ 212,3 milhões, representando uma margem de 6,0%, enquanto em 2009 a margem foi de 1,2%. Na segregação do EBITDA por segmento, obtivemos no segmento de mistura e distribuição de fertilizantes R\$ 221,7 milhões, representando uma margem de 6,4%. No segmento de produção de SSP e ácido sulfúrico, o resultado foi negativo de R\$ 9,3 milhões, com uma margem negativa de 26,0%. Em condições normais de operação da planta de SSP, seria possível obter uma margem EBITDA adicional no total Companhia entre 0,4% a 0,7%.

As despesas financeiras líquidas em 2010 foram de R\$ 81,2 milhões, cujo valor se divide em R\$ 23,7 milhões do resultado cambial, líquido do resultado das operações de hedge e juros, despesas financeiras e despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), no valor líquido de R\$ 57,5 milhões

O lucro líquido em 2010 foi de R\$ 61,8 milhões, representando 1,8% da receita líquida.

	4T10	% RL	4T09	% RL	Δ % 10/09	2010	% RL	2009	% RL	Δ % 10/09
Receita Bruta	1.355.521		994.549			3.586.174		3.260.988		
Receita Líquida	1.335.718	100,0%	972.812	100,0%	37,3%	3.521.473	100,0%	3.192.314	100,0%	10,3%
CPV	(1.049.023)	-78,5%	(911.313)	-93,7%	15,1%	(3.056.218)	-86,8%	(2.951.569)	-92,5%	3,5%
Lucro Bruto	286.695	21,5%	61.499	6,3%	366,2%	465.255	13,2%	240.745	7,5%	93,3%
VG&A	(102.923)	-7,7%	(88.585)	-9,1%	16,2%	(318.587)	-9,0%	(264.458)	-8,3%	20,5%
EBITDA	200.317	15,0%	(44.153)	-4,5%		212.331	6,0%	6.861	0,2%	
EBITDA ajustado			(12.249) *	-1,3%				38.765 *	1,2%	
Rec/(Desp) Finan Líquida	(23.092)	-1,7%	(12.058)	-1,2%		(81.203)	-2,3%	111.965	3,5%	
Resultado Líquido	113.524	8,5%	(35.200)	-3,6%		61.805	1,8%	61.670	1,9%	

* Valores ajustados ao impacto do REFIS

Obs. : Os valores do ano de 2009 foram ajustados ao IFRS

	Distribuição de Fertilizantes				Produção de SSP e Ácido Sulfúrico			
	2010	% RL	2009	% RL	2010	% RL	2009	% RL
Receita Bruta	3.550.262		3.160.679		35.912		100.309	
Receita Líquida	3.485.561	100,0%	3.092.005	100,0%	35.912	100,0%	100.309	100,0%
CPV	(2.996.707)	-86,0%	(2.807.180)	-90,8%	(59.511)	-165,7%	(144.001)	-143,6%
Lucro Bruto	488.854	14,0%	284.825	9,2%	(23.599)	-65,7%	(43.692)	-43,6%
VG&A	(318.587)	-9,1%	(2.667)	-0,1%	-	0,0%	-	0,0%
EBITDA	221.676	6,4%	36.141	1,2%	(9.345)	-26,0%	(29.280)	-29,2%
EBITDA ajustado	221.676	6,4%	68.045 *	2,2%	(9.345)	-26,0%	(29.280)	-29,2%

* Valores ajustados ao impacto do REFIS

Obs. : Os valores do ano de 2009 foram ajustados ao IFRS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Dias de Capital de Giro

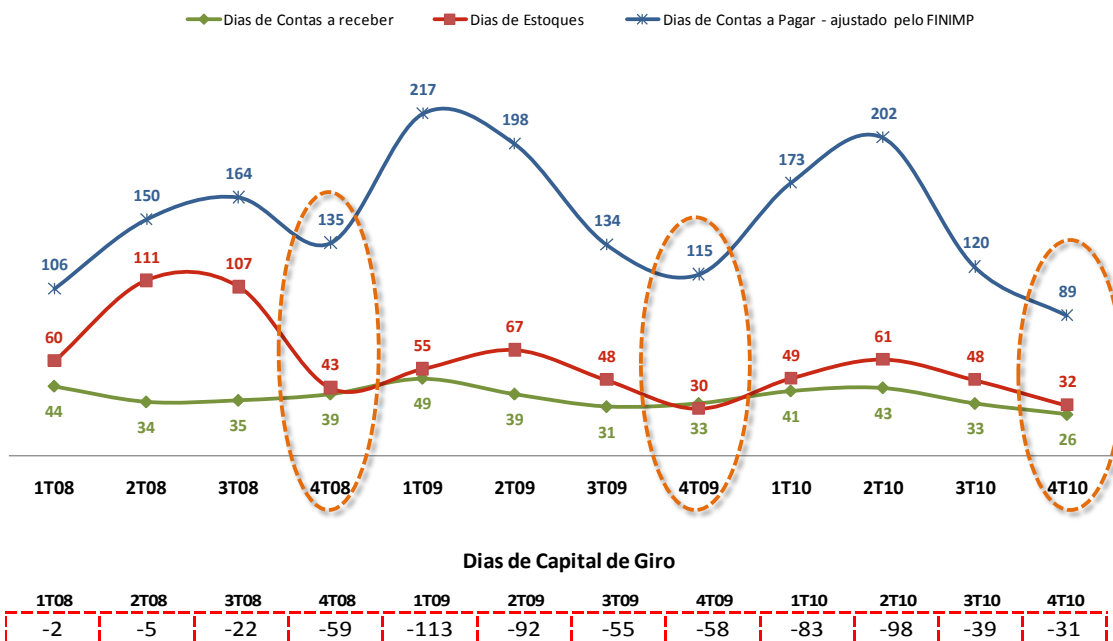
O capital de giro da Heringer reflete a sazonalidade dos negócios. Por isso, a comparação por trimestres equivalentes no ano é mais adequada para o entendimento. A Heringer mantém uma política de capital de giro com o objetivo de girar as operações da empresa, mantendo uma posição de caixa adequada às suas necessidades.

A Heringer mantém uma política rígida de crédito buscando manter em baixos níveis os dias de contas a receber, através de vendas com prazos curtos e uma adequada análise de crédito, procurando reduzir os riscos de inadimplência e perdas. Assim, os dias de contas a receber fecharam em 26 dias no 4T10, inferiores aos 33 dias do 4T09.

Os dias de estoques no 4T10 ficaram em 32 dias, em linha com os 30 dias do 4T09 e inferior aos 48 dias do 3T10. A Heringer busca, através da sinergia entre as áreas comercial, suprimentos e logística, a manutenção do nível ideal dos estoques, procurando atender nossos clientes com qualidade e no tempo certo.

Os dias de contas a pagar fecharam em 89 dias no 4T10, abaixo dos 115 dias do 4T09 e dos 120 dias do 3T10. Com os recursos das debêntures, a Companhia optou por comprar mais à vista de fornecedores locais, bem como pela liquidação de algumas operações de financiamento de importações, reduzindo os dias de contas a pagar.

A Heringer acredita estar bem posicionada para manter suas operações de financiamento para aquisição das matérias-primas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Principais Indicadores e Múltiplos (R\$ Mil)

A Heringer, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um contínuo crescimento de volume, participação de mercado e da receita líquida. O crescimento médio ponderado do volume entregue após o IPO, em 2007, ou seja, nos últimos 4 anos, foi de 16%, enquanto o mercado cresceu 4%. No lado da receita, o crescimento médio ponderado foi de 25% no mesmo período. O *market share* que em 2007 foi de 13,4%, atingiu 18,5% em 2010.

A margem EBITDA média de 2007 a 2010 foi de 3,4%, com grande destaque para 2010, que fechou em 6,0%, cujo valor foi de R\$ 212,3 milhões, equivalente a 2 vezes a média 2007/2010 e 6 vezes o EBITDA de 2009.

Embora a dívida líquida tenha crescido em 2010, o múltiplo endividamento/EBITDA em 2010, em IFRS, foi de 2,86, inferior à média 2007/2010 que foi de 5,9 vezes e muito inferior a 2009 que foi de 12,30 vezes.

Também é importante salientar que os recursos das debêntures, cujo prazo foi de 42 meses, contribuíram para a gestão do capital de giro, para a formação de estoques no 2S10, bem como para o alongamento do perfil de parte dos passivos financeiros.

O múltiplo EV/EBITDA em 2010 fechou em 4,9 vezes, bem inferior à média de 2007/2010 que foi de 12,9 vezes e muito inferior a 2009 que foi de 25,8 vezes. Já o múltiplo P/L fechou em 7,3 vezes em 2010.

A Heringer acredita que esses indicadores e múltiplos demonstram claramente uma melhora do desempenho da Companhia.

	2007	2008	2009	2010
Performance de vendas				
Volume entregas (MM Tons)	3,3	3,2	3,9	4,5
% crescimento volume		-2,1%	23,2%	15,3%
Receita líquida (R\$ Mil)	2.260.839	3.524.559	3.192.314	3.521.473
Market share		14,2%	17,5%	18,5%
Patrimônio líquido	492.827	286.247	347.917	409.722
% de variação		-41,9%	21,5%	17,8%
Endividamento (IFRS)				
Dívida Líquida (R\$ Mil)	216.208	454.985	476.723	607.358
Endividamento / EBITDA	2,63	5,05	12,30	2,86
Endividamento / PL	0,44	1,59	1,37	1,48
Endividamento / Receita líquida	9,6%	12,9%	14,9%	17,2%
Endividamento (Ajustado)				
Dívida Líquida (R\$ Mil)	172.593	403.789	420.569	536.226
Endividamento / EBITDA	2,07	4,48	10,85	2,53
Endividamento / Receita líquida	7,6%	11,5%	13,2%	15,2%
Múltiplos				
EBITDA	83.266	90.113	38.765	212.331
Margem EBITDA	3,7%	2,6%	1,2%	6,0%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	216.208	454.985	476.723	607.358
Preço das Ações Fechamento	19,65	3,56	10,81	9,27
Quantidade de Ações (Mil)	48.566	48.810	48.471	48.471
Valor de Mercado (R\$ Mil)	954.322	173.764	523.972	449.326
Enterprise Value	1.170.530	628.748	1.000.695	1.056.684
EV/EBITDA	14,06	6,98	25,81	4,98
Lucro por ação	1,60	-5,19	1,23	1,28
Preço Lucro (P/L)	12,31	-0,69	8,81	7,27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa (R\$ Mil)

Em vista do bom resultado do 4T10 e da adequada gestão do capital de giro, a Heringer gerou um caixa de R\$ 69,1 milhões, o que contribuiu para a redução da dívida líquida nesse período. A dívida líquida no 3T10 era de R\$ 694,8 milhões e no final do 4T10 encerrou com R\$ 607,3 milhões.

Em 2010, a geração positiva de caixa foi de R\$ 23,0 milhões. O caixa inicial em 31/12/09 foi de 153,0 milhões e encerrou com R\$ 176,0 milhões em 31/12/10. Abaixo estão relacionados os principais itens que reconciliam o valor de R\$ 23,0 milhões:

- Despesas (receitas) que não afetam o caixa no valor líquido de R\$ 52,1 milhões. Esse valor é composto principalmente pelos valores da depreciação incorrida no período, juros e variação cambial sobre empréstimos e fornecedores internacionais ainda não realizados e resultados de operações de *hedge* ainda não realizados;
- Aumento de contas do ativo no valor líquido de R\$ 158,1 milhões. Basicamente esse valor é composto por aumento de estoques, aumento do imposto de renda e contribuição social a recuperar, entre outras contas;
- Redução de contas do passivo no valor líquido de R\$ 132,1 milhões. Esse valor foi resultado da redução líquida de fornecedores nacionais, internacionais e operações de Finimp com bancos, pagamentos de juros e despesas de importação compensado por outras contas do passivo circulante, incluindo adiantamento de clientes;
- Investimentos no valor líquido de R\$ 76,7 milhões. A Companhia manteve seu plano de investimentos nesse período, visando o aumento da capacidade de produção planejada, concluindo assim um importante ciclo de investimentos;
- Financiamentos e empréstimos líquidos no valor de R\$ 249,4 milhões, incluído a emissão das debêntures.

O valor total dos investimentos incluindo as aquisições de ativos com crédito de ICMS, totalizou R\$ 90,7 milhões.

	4T10	2010
Resultado antes do IR e CS	167.490	88.386
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	10.878	52.118
Redução / (aumento) nas contas de ativos	143.709	(158.082)
Aumento / (redução) nas contas de passivos	(244.704)	(132.110)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	77.373	(149.688)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(17.014)	(76.723)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	8.687	249.425
Caixa Consumido no Período	69.046	23.014
Demonstração do Caixa		
Caixa no início do período	107.008	153.040
Caixa no final do período	176.054	176.054
Variação do caixa no período	69.046	23.014
Transações que não envolveram caixa		
Aquisição de imobilizado c/ crédito de ICMS	760	14.327

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



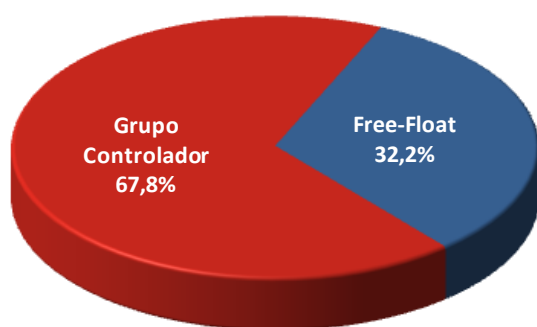
Composição Acionária da Heringer

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), desde abril de 2007 sob o código FHER3.

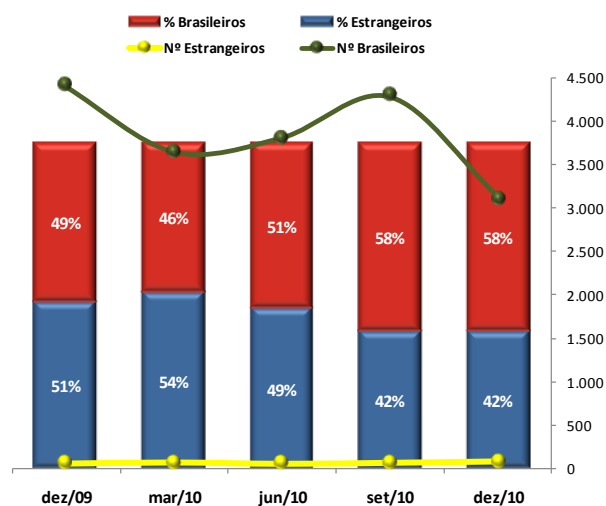
A Heringer participa dos índices: SMLL e ITAG.

A participação dos estrangeiros no free-float, em 31/12/2010 era de 42%, com 75 investidores e a dos brasileiros de 58%, com 3.130.

Estrutura Acionária e Free-Float



Estrangeiros e Brasileiros no Free-Float



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

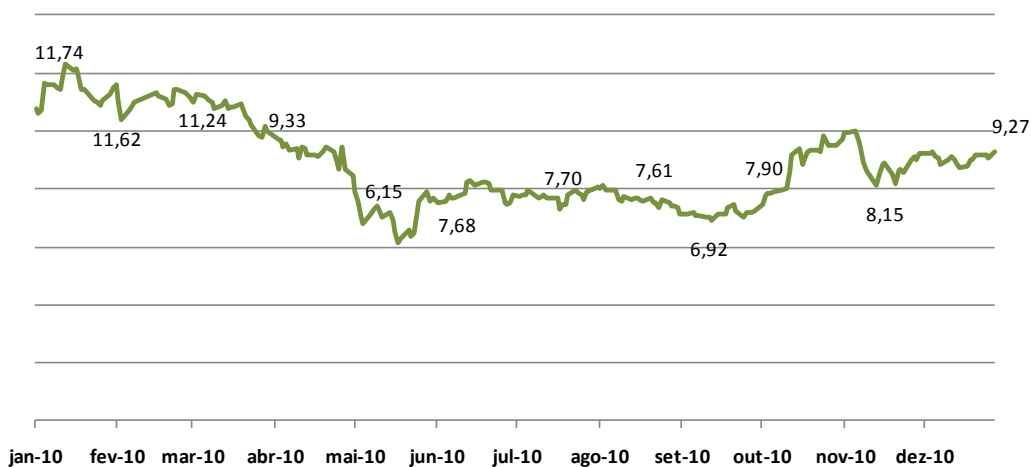


Performance da FHER3 em 2010

O papel da Heringer teve uma queda de 14% em 2010. O volume médio diário de negócios foi de R\$ 1.3 milhões e o número médio diário de negócios foi de 202.

Pelos bons fundamentos da Heringer: significativo potencial de crescimento num mercado competitivo, vendas geograficamente equilibradas e base de clientes diversificada, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida, gestão sólida, entre outras, acreditamos que haverá uma justa valorização do papel. Também acreditamos que os resultados positivos de 2010, aliados ao bom momento do agronegócio brasileiro para 2011, devem impactar positivamente no preço da FHER3.

Os últimos relatórios emitidos pelos bancos que fazem a cobertura da Companhia apontam um price target entre R\$ 11,50 (Morgan Stanley) e R\$ 13,20 (Itaú BBA) para os próximos 12 meses. A Heringer continua acreditando no potencial de longo prazo para o setor de fertilizantes brasileiro, devido ao fato de o Brasil possuir ótimas condições para a agricultura e à baixa taxa de aplicação de fertilizantes no país.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Perspectivas para 2011**

As perspectivas para o agronegócio brasileiro em 2011 estão fortemente vinculadas ao desenvolvimento da economia mundial, uma vez que o Brasil é um grande exportador de commodities agrícolas, como café, açúcar, soja, milho, carnes, etc. O aumento da demanda mundial por commodities agrícolas e energia devido ao aumento da urbanização e população, aliado aos baixos estoques de grãos no mundo, traça um cenário positivo para o agronegócio brasileiro em 2011.

Espera-se que o PIB brasileiro cresça 4,5% em 2011, sendo que o agronegócio é parte contributiva importante desse crescimento.

Especificamente com relação ao mercado brasileiro de fertilizantes, as perspectivas para 2011 se mostram melhores que as de 2010, principalmente em função dos preços de commodities agrícolas, que apesar do real excessivamente valorizado, tem gerado uma boa rentabilidade para os produtores rurais.

A expectativa de colheita da safra de grãos 2010/11 deverá ser recorde, com aproximadamente 155 milhões de toneladas. Em 2011/12, o Brasil deverá ter uma produção agrícola ainda melhor, o que, por consequência, aumentará a demanda por fertilizantes.

Os preços das matérias primas tendem a ser superiores aos do último trimestre de 2010. É importante salientar que pequenas variações nos preços das matérias primas de fertilizantes são comuns no mercado. Apesar dos recentes aumentos, a relação de troca (produtos agrícolas vs fertilizantes) ainda se encontram em patamares favoráveis aos produtores agrícolas.

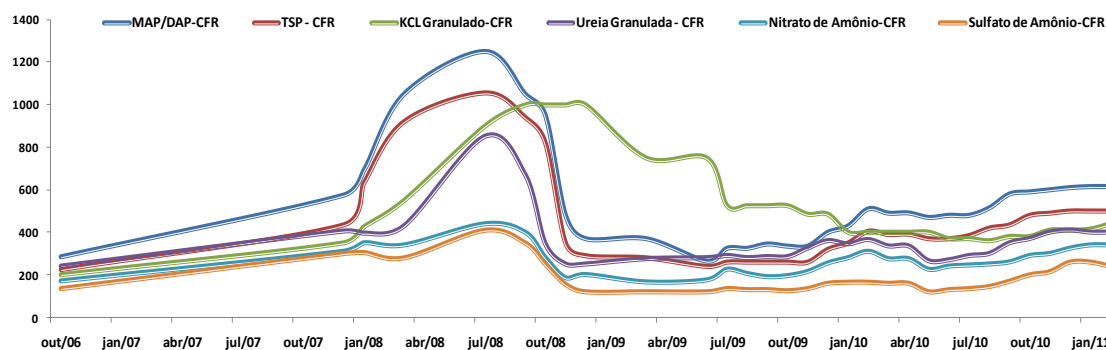
Estima-se um crescimento de 6% no consumo brasileiro de fertilizantes para 2011, atingindo um volume de entregas de 26 milhões de toneladas, com uma sazonalidade esperada de 39% no 1º. semestre e 61% no 2º. semestre.

Todos esses fatores tendem a contribuir de maneira positiva para o setor brasileiro de fertilizantes, delineando um cenário de bons resultados para 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

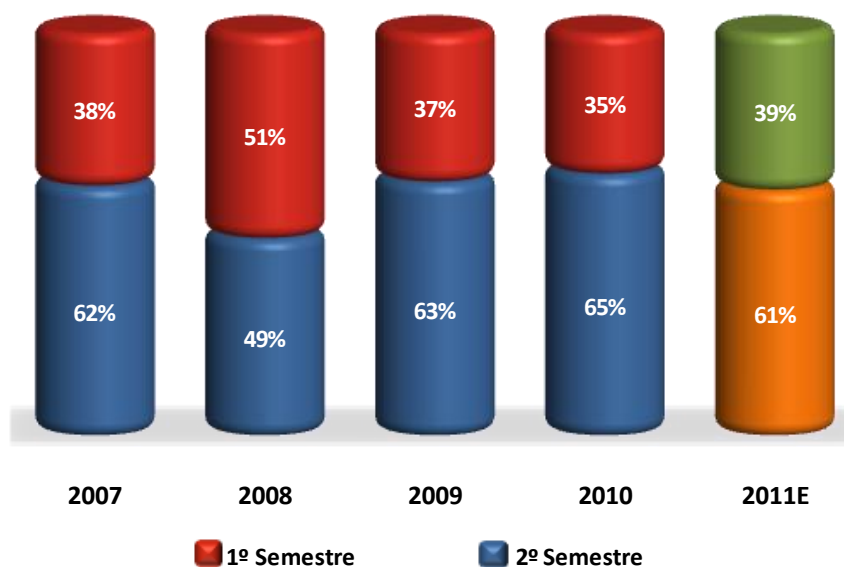


Preço das Matérias-Primas no Mercado Internacional



Fonte: Heringer – Preços em dólar
CFR* - custo e frete

Sazonalidade do Mercado Brasileiro de Fertilizantes

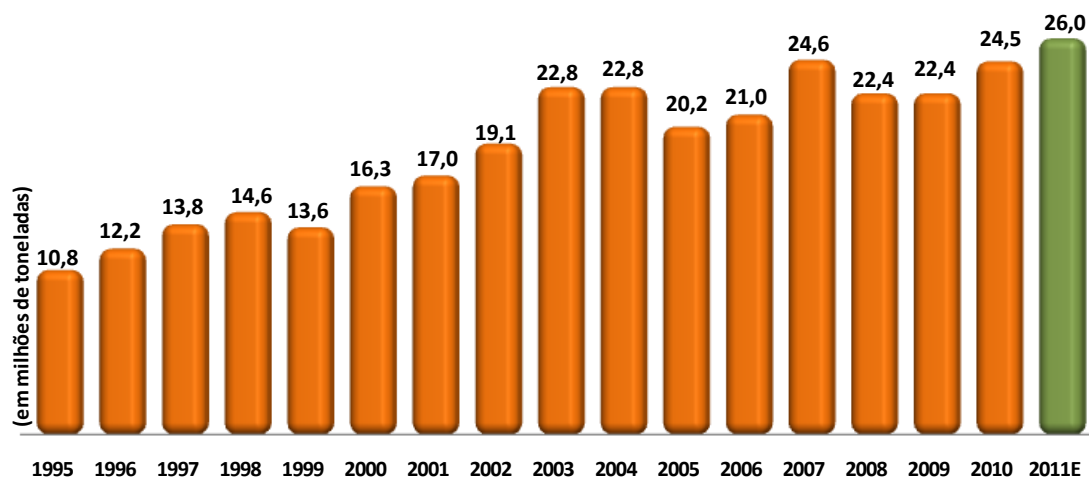


Fonte: Anda/ Estimativa da Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

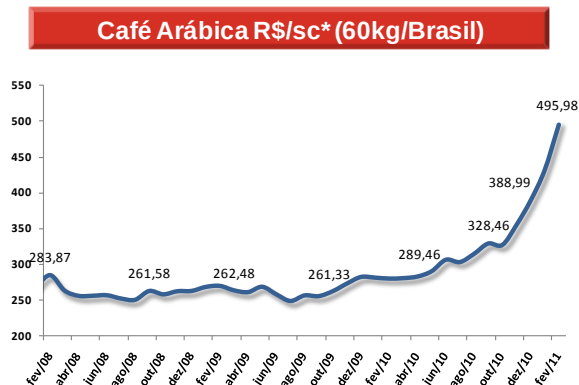
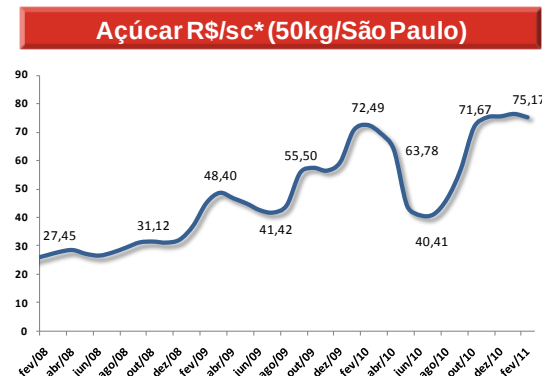
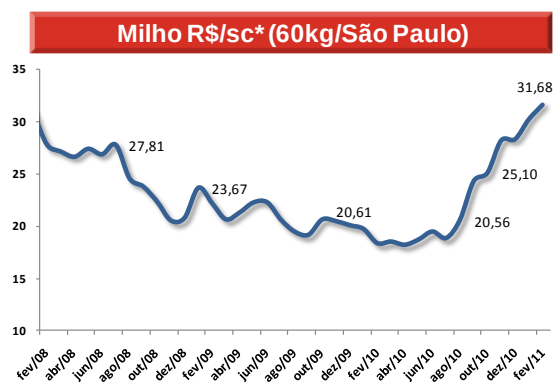
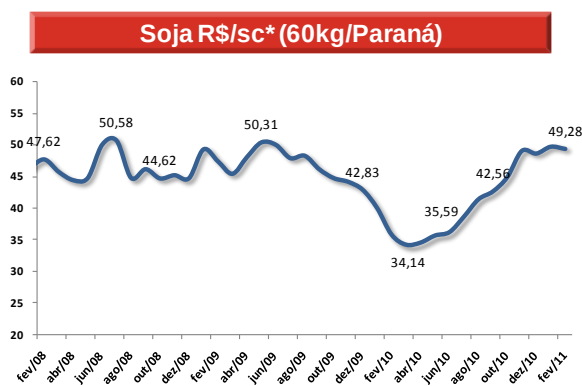


Mercado Brasileiro de Fertilizantes



Fonte: Anda/ Estimativa da Companhia

Commodities Agrícolas – Preços



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

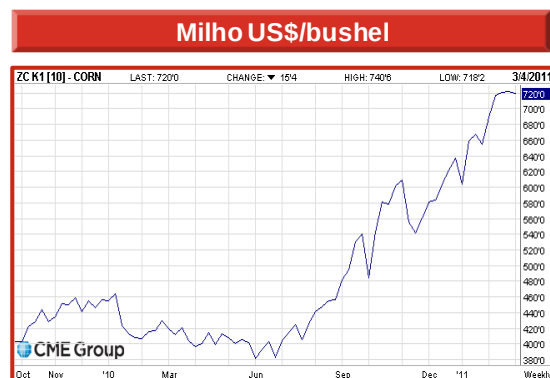
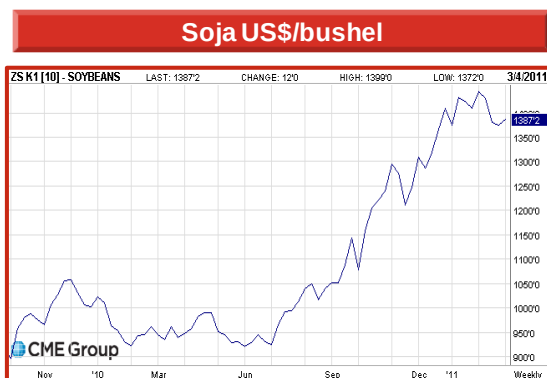


Fonte e projeção: Agroconsult/ R\$/SC *= Preços em saca

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Commodities Agrícolas – Preços internacionais: evolução recente

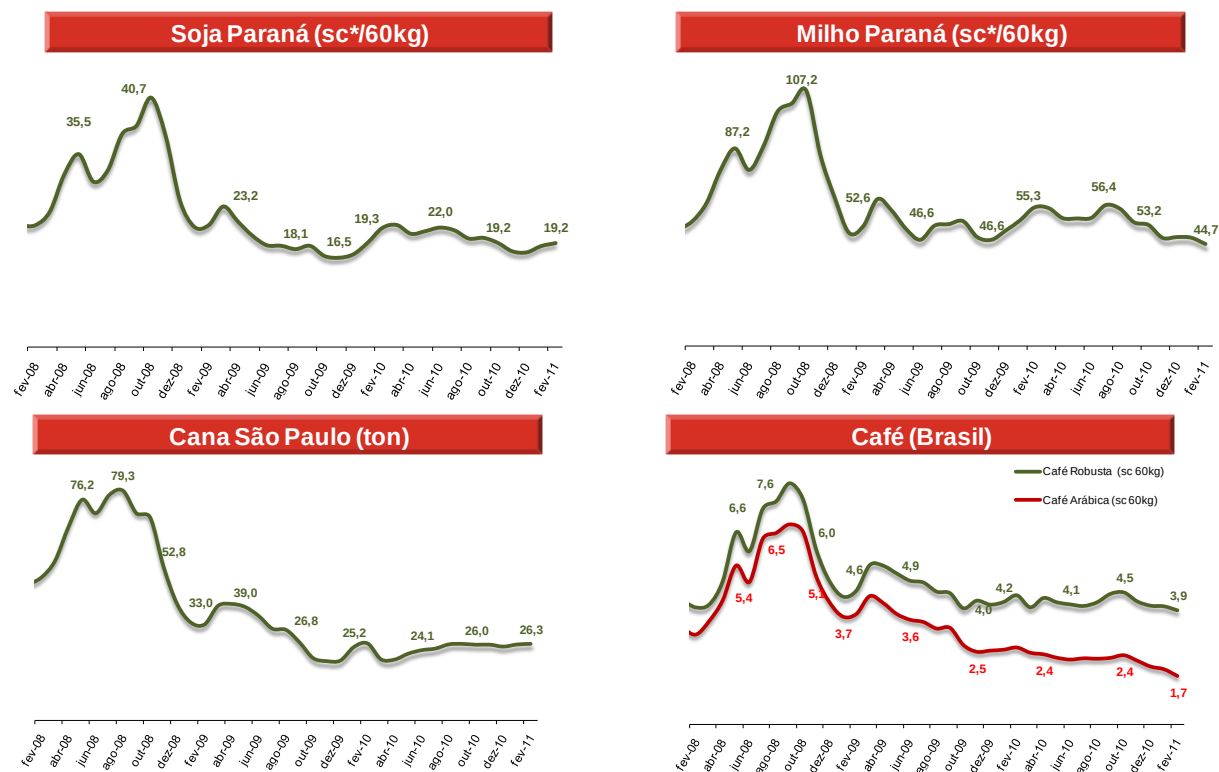


Fonte: CME Group

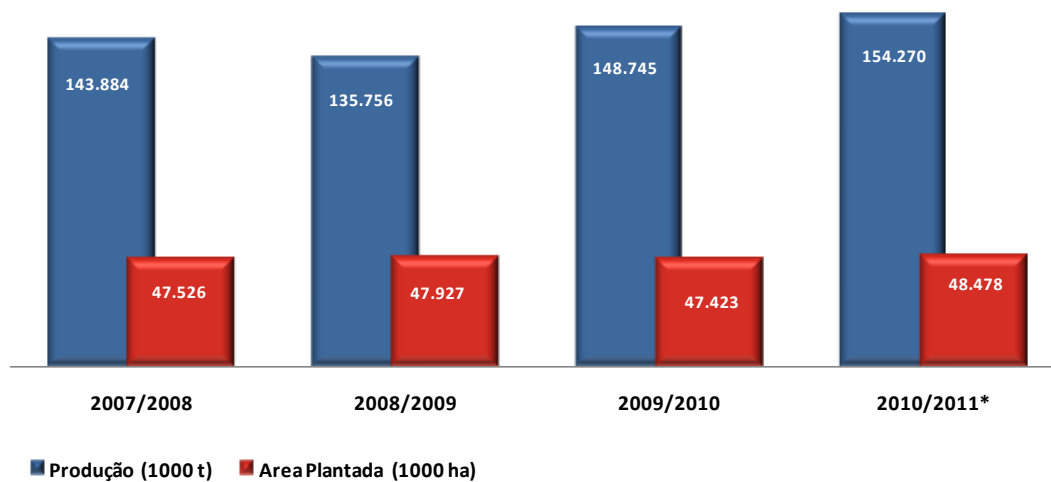
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relação de Troca de Produtos Agrícolas x Fertilizantes



Fonte: Agroconsult/sc* = sacas

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoProdução de grãos, Área Plantada

Fonte: Agroconsult/ * Projeções Agroconsult e estimativa da Companhia



Sustentabilidade dos negócios

A sustentabilidade é compreendida pela Heringer como elemento fundamental para a perenidade de seus negócios.

A Fertilizantes Heringer desenvolve suas atividades aliando o fornecimento de produtos e serviços de qualidade aos seus clientes à sustentabilidade, através da responsabilidade social e preservação do meio ambiente.

Consciente de seu papel na promoção de uma agricultura eficiente e sustentável, a Companhia desenvolve e comercializa produtos voltados à nutrição vegetal, de forma a contribuir para a produção de alimentos suficiente para atender ao aumento populacional, como também para um maior nível de produtividade agrícola, evitando que novas áreas sejam desmatadas para serem incorporadas a atividades agropecuárias.

As fábricas da Fertilizantes Heringer incorporam o que há de mais moderno em equipamentos de proteção ambiental e a política da Companhia prevê a melhoria contínua na área da produção, através de constantes investimentos, visando as melhores práticas na área ambiental.

Diversos investimentos, como medida preventiva e antecipatória, foram realizados no ano de 2010. A Companhia também conta com um sistema de gestão ambiental que permite desenvolver e implementar políticas e objetivos que levam em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos.

Nessa busca constante pelo aprimoramento de seus processos internos, a Heringer iniciou, em 2010, um projeto com foco em gestão sustentável. Todas as áreas da Companhia se engajaram em um processo de levantamento de informações econômicas, sociais e ambientais, apoiados às diretrizes GRI – Global Reporting Initiative, com o objetivo de debater, criar e planejar a aplicabilidade de ações sustentáveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 3.405 funcionários. A folha de pagamento, somando remuneração, encargos sociais, benefícios, totalizou R\$ 131,1 milhões.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, auxílio creche, alimentação e transporte.

A Companhia possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

Prêmios

No ano de 2010 a Companhia recebeu as seguintes premiações:

Prêmio Valorização da Diversidade – Concedido pelo Instituto Pró Cidadania, pela realização do processo completo para a inclusão de pessoas com deficiência, contemplando sua capacitação e desenvolvimento profissional.

Prêmio Visão da Agroindústria – Concedido pela Revista Visão da Agroindústria, pelo reconhecimento de melhor fornecedor de fertilizantes para o setor.

Prêmio Fórum de Líderes Empresariais – Concedido no Fórum de líderes, reconhecendo o presidente da Companhia, Sr. Dalton Carlos Heringer como líder no setor Química e Petroquímica.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía o montante de R\$ 469,0 milhões de investimentos, basicamente representado por imobilizações nos imóveis próprios.

Nesse valor está incluso o ajuste de avaliação patrimonial de acordo com o CPC 27.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia possui 19 unidades de produção, sendo 11 unidades próprias, bem como 5 unidades alugadas e 3 unidades terceirizadas.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia realiza investimentos em pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias que possam vir a ser aplicadas em sua produção de fertilizantes. Este trabalho permite que a Heringer detenha hoje o maior portfólio de produtos especiais do mercado, sendo que grande parte destes produtos possuem tecnologia desenvolvida na Companhia. Os produtos especiais possuem características agrônômicas superiores aos produtos convencionais, fato este que proporciona melhores resultados financeiros aos clientes. Estes incrementos de produtividade estão documentados através de experimentos realizados junto a renomadas instituições de pesquisa, bem como o testemunho de inúmeros agricultores que utilizaram estes fertilizantes.

Aliado a isso, a Heringer conta com um corpo técnico capacitado, composto por Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e Zootecnistas, os quais estão em constante atualização com as novas tendências de adubação para as diversas culturas. Este corpo técnico trabalha de forma ativa com importantes pesquisadores do ramo da fertilidade do solo e nutrição de plantas, de forma a estar sempre atualizado sobre as novas técnicas e parâmetros para uma correta nutrição e fertilização das lavouras.

Com o intuito de gerar e divulgar dados técnicos para os agricultores e pecuaristas, a Heringer mantém dois Centros de Pesquisa, um dedicado a cultura do café e outro ao manejo de pastagens. Os resultados gerados nestes centros permitem o desenvolvimento de relacionamentos mais fortes com produtores rurais, bem como um respaldo técnico para a comercialização dos produtos especiais da empresa.

O CEPEC – Centro Experimental de Extensão e Pesquisa Cafeeira Eloy Carlos Heringer. Uma iniciativa da Companhia em parceria com o MAPA, situado em Martins Soares - MG, desde 1994, é considerado referência nacional em desenvolvimento tecnológico para a cafeicultura de montanha, recebendo anualmente aproximadamente 1000 produtores rurais e técnicos em suas reuniões sobre resultados de pesquisas.

O CEMAP – Centro de Manejo e Adubação de Pastagens. Localizado no município de Viana - ES, promove visitas e reuniões com agricultores, pesquisadores, pecuaristas e técnicos, com objetivo de difundir os resultados e conhecimentos ali gerados. O centro possui uma área de 31,0 ha de pastagem, onde 18 ha são destinados ao sistema de produção, que simula a realidade do campo, onde são testados diferentes níveis de adubação e em 2 ha estão implantadas diferentes espécies forrageiras para conhecimento e demonstração da exigência nutricional de cada uma. Sob a coordenação de um Supervisor de Pesquisa, desde sua criação, o CEMAP recebeu mais de 1.500 visitantes, entre eles pesquisadores, universidades, produtores e toda a rede de representantes da Heringer do Brasil e realizou 180 palestras em vários Estados brasileiros como Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

O CEAGRO – Centro de Estudos do Agronegócio. Localizado no município de Vila Velha – ES, é um dos pilares do trabalho de excelência realizado pela Fertilizantes Heringer com uma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estrutura disponível para estudar e desenvolver novas técnicas agrícolas. O CEAGRO, o qual é sede de eventos desde 2004, vem mantendo um calendário movimentado de conferências e encontros, reunindo profissionais (diretores, técnicos e empresários) de diversos ramos do agronegócio.

Em 2006, foi desenvolvida a tecnologia FH Micro Total, que é uma linha de produtos obtida por meio de um processo de produção inovador nos quais micronutrientes revestem os grânulos de fertilizantes, aumentando substancialmente a eficácia dos fertilizantes, uma vez que se aumenta a homogeneidade de aplicação e a solubilidade dos micronutrientes. Atualmente, está disponível a tecnologia do Micro Total para todas as formulações e matérias primas comercializadas pela Companhia, tendo em vista que seu processo resulta em maior produtividade para seus consumidores se comparado às formulações convencionais. Estes ganhos de produtividade foram comprovados através de experimentos realizados em renomadas instituições de pesquisa e em diversas propriedades rurais em todo o Brasil. Com intuito de garantir a máxima qualidade dos micronutrientes utilizados nesta linha de produtos, a Companhia montou, na Unidade II de Paulínia, o processo de produção de seus próprios micronutrientes, para se obter um perfeito recobrimento dos grânulos do fertilizante, o que irá gerar um produto com características físicas e agronômicas superiores.

No ano de 2007, foi lançada a tecnologia FH Nitro Mais. Trata-se de um produto inédito no Brasil, uma vez que usa fontes especiais de micronutrientes com intuito de minimizar as perdas por volatilização da uréia. Através de vários experimentos junto a consultores, foi desenvolvida uma mistura composta por fontes de micronutrientes que apresentam a característica de inibir a ação da urease (enzima que promove a quebra da molécula de uréia liberando para a atmosfera o nitrogênio de sua composição). A tecnologia consiste em recobrir os grânulos de uréia com esta mistura, permitindo um uso mais eficiente desta importante fonte de nitrogênio. O produto está tendo bastante aceitação no mercado, uma vez que une dois importantes benefícios: menores perdas de nitrogênio por volatilização e fornecimento de micronutrientes com alta disponibilidade para as lavouras.

Em 2009, a Fertilizante Heringer lança o FH Nitro Gold, através de tecnologia que consiste no revestimento da uréia com enxofre. Estudos recentes demonstram que várias culturas estão apresentando perdas produtivas devido a deficiência de enxofre, pois este importante elemento participa de vários processos metabólicos fundamentais para as plantas. Com isso, a companhia desenvolveu uma tecnologia que utiliza uma excelente fonte nitrogenada, a uréia, como veículo de fornecimento de enxofre. A tecnologia do FH Nitro Gold, além de diminuir a característica higroscópica da uréia (absorção de umidade do ar), permite também uma grande flexibilidade nas misturas que contenham fósforo e potássio.

Direitos dos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Relacionamento com os auditores externos

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia não obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, nenhum outro serviço que não os de auditoria externa em 2010. Adicionalmente, a política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Conclusões finais

A Administração da Companhia agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano.

Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A Fertilizantes Heringer, neste contexto, continuará focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de toda a sua equipe, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.

A Administração

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

A Companhia atua ainda com operações de transportes rodoviários e prestação de serviços através de sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. (anteriormente denominada Lógica Transportes S.A.).

A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura e um escritório comercial, distribuídas nas regiões, sudeste, centro oeste, sul e nordeste. Dentre essas unidades, quatro delas iniciaram suas operações em 2010, sendo uma unidade própria, a de Dourados – MS, uma unidade em comodato, a de Anápolis – GO, e duas terceirizadas, sendo São João do Manhuaçu – MG e Rio Grande – RS. A unidade de Dourados foi inaugurada no terceiro trimestre de 2010, em substituição à unidade de Rio Brilhante – MS, que era alugada. Em Paranaguá – PR, a Companhia possui, além de uma unidade de mistura, uma unidade fabril de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2011.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações na data de transição para CPCs e IFRS, o valor justo de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado e de ativos de longo prazo disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards –IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs e IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício, estão descritas na Nota 4.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

As notas explicativas se referem às demonstrações financeiras da controladora e, quando indicado, também às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A seguinte política contábil é aplicada na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controlada

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. e sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Heringer as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável, que são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

(d) Instrumentos financeiros ativos

Notas Explicativas

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos. Esses ativos são designados nessa categoria em virtude de sua especificidade como tal ou por que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros (Nota 6).

Ativos financeiros disponíveis para venda

Notas Explicativas

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado do exercício, como “Receitas financeiras”.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado do exercício. As variações cambiais de títulos não-monetários são reconhecidas no patrimônio líquido. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para o resultado do exercício, como "Resultado financeiro".

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são reconhecidas somente se há evidência objetiva dessa deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Notas Explicativas

- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido no resultado do exercício, como “Outras despesas operacionais” e, no caso de provisão para perdas em clientes, como “Despesas com vendas”. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a conta de provisão original.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado do exercício, como “Outras despesas operacionais” e, no caso de provisão para perdas em clientes, como “Despesas com vendas”.

Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios descritos acima. No caso de investimentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do investimento abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão registrados por um valor superior ao seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda sobre o ativo financeiro reconhecida anteriormente no resultado do exercício - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício.

(v) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são mensurados pelo valor justo.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 6). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Notas Explicativas

(f) Estoques

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(g) Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de correção aplicável a cada tipo de depósito. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

(h) Investimento

O investimento em subsidiária integral é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como “Resultado de participações societárias” nas demonstrações financeiras individuais. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, os resultados não realizados de transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Ativos não circulantes mantidos para a venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, quando se tratar de uma venda e quando a efetivação dessa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

(j) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, e eventuais perdas decorrentes de ajuste ao valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Em função da relevância dos montantes apresentados, a Companhia utilizou em 1º de janeiro de 2009 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano			
Originais	Revisadas	Média ponderada	Média ponderada

Notas Explicativas

			<u>original</u>	<u>revisada</u>
Edifícios e construções	4- 5	2 - 14	4	2
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5 – 50	5 – 50	15	15
Móveis e utensílios	10 - 25	10 - 25	8	8
Veículos	20 - 25	20 - 25	21	21
Hardware	10 - 20	10 - 20	20	20

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.2(l)).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

(k) Intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

(ii) Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 17.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos - ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Notas Explicativas

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(o) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, no Brasil na data das demonstrações financeiras da Companhia. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente. Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As mesmas foram examinadas pelo conselho fiscal e aprovadas pelo conselho de administração da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Notas Explicativas

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

(q) Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

A Companhia possui um programa de participação nos lucros ou resultados – PLR, por meio do qual distribui aos seus empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Na apuração de saldo a pagar de participação nos lucros ou resultados, tal adiantamento é descontado do montante a que cada empregado tem direito. Em não havendo saldo de participação, o adiantamento não é objeto de desconto. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço. Os valores podem ser contabilizados como custo dos produtos vendidos, despesas com venda ou despesas gerais e administrativas conforme o caso.

(ii) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

(r) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos dos impostos, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(s) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há lucros disponíveis para distribuição, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, respeitando o mesmo limite dos dividendos mínimos obrigatórios.

A adoção inicial dos pronunciamentos contábeis em 2010, retrospectivamente a 1º de janeiro de 2009, não gerou efeitos relevantes no resultado da Companhia, motivo pelo qual

Notas Explicativas

não foi proposta alteração em sua política de dividendos.

(t) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

As vendas são realizadas com pagamentos à vista ou à prazo. Existem ainda vendas realizadas por meio de um programa de "vendedor", financiadas através de bancos, que assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano.

(ii) Prestação de serviços de transportes

A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de "Receita financeira". Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iv) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

(u) Custo dos produtos vendidos

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

As despesas relativas a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriadas aos custos dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

(v) Operações de "vendedor"

Notas Explicativas

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador, as quais assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano), efetuadas com seus clientes preferenciais. Essas transações estão apresentadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para "impairment".

(w) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: O benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21). O programa tem duração de dez anos, com vencimento em 2013.

Redução do imposto de renda a recolher: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda a recolher obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício, que é determinado com base no lucro da exploração, foi concedido em março de 2006, por um período de 10 anos e abrange a unidade localizada em Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21).

(x) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

(y) Conversão em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Heringer e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(z) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação serem ajustadas, quando aplicável, para refletir ações adicionais que estariam em circulação caso transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

Para fins de atendimento à legislação societária, o lucro por ação é calculado considerando a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras, líquido

Notas Explicativas

das ações em tesouraria.

(aa) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, nas pessoas de seu presidente, CEO da Companhia e membro do conselho e demais membros independentes responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(bb) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FININP – Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

2.3 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com próprio governo e outras entidades relacionadas ao mesmo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada for aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas.

A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias, portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos.

A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia aplicará a norma alterada a

Notas Explicativas

partir de 10 de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 10 de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da mesma para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldos não utilizados de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucro, assim com a existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis. Na estimativa dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos a administração da Companhia considera premissas de crescimento de mercado, crescimento das suas operações e taxas de desconto.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data das demonstrações financeiras. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais não são negociados em mercados ativos.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Parcelamento tributário – Lei 11.941/09

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela lei nº 11.941/09. Nos termos do referido programa, os débitos incluídos no parcelamento estão sujeitos a consolidação pela Receita Federal do Brasil. Em 2009, baseada na avaliação dos requerimentos do programa e na opinião dos seus

Notas Explicativas

assessores jurídicos, a Companhia concluiu que todos os requisitos para consolidação dos débitos foram cumprido e, dessa forma, reconheceu ganho de R\$ 7.274 no resultado do exercício sendo R\$ 29.555 como receitas financeiras, R\$ 29.917 como outras despesas operacionais operacionais e R\$ 7.636 como benefício de imposto de renda e contribuição social. Até a emissão dessas demonstrações financeiras a Receita Federal do Brasil não havia confirmado a consolidação dos débitos.

4 Adoção dos CPCs e IFRS

4.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva dos CPCs e dos IFRS.

4.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar a seguinte isenção com relação à aplicação retrospectiva:

4.2.1 Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 4.4.1.

As demais isenções da aplicação retrospectiva não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas.

4.2.2 Outras isenções, não escolhidas pela Companhia

As demais isenções da aplicação retrospectiva completa, não foram escolhidas pela Companhia por não serem aplicáveis:

- Isenção de combinação de negócios.
- Isenção de contratos de seguros.
- Isenção de ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos.
- Isenção de instrumentos financeiros compostos.
- Isenção de passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados.
- Isenção de ativos financeiros ou ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão.
- Isenção das diferenças acumuladas de conversão.
- Isenção do benefício a empregados.

4.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

Notas Explicativas

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

4.3.1 Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois a Companhia não realizou transações sujeitas à aplicação dessas exceções, como segue:

- . Reversão de ativos e passivos financeiros.
- . Participação de não controladores.
- . Contabilização de hedge.

4.4. Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs / IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado do exercício, assim como as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

4.4.1. Utilização do custo atribuído para os saldos do ativo imobilizado

A administração aplicou o valor justo na forma de custo atribuído para as edificações e os terrenos da Companhia. Os terrenos e as edificações e instalações adquiridos ou finalizados próximos da data de transição não foram objeto de aplicação do custo atribuído porque, na avaliação da administração, o valor contábil desses bens já representava adequadamente o potencial de geração de benefícios econômicos futuros desses itens. Os laudos de avaliação desses ativos em 1º de janeiro de 2009 apresentam como valor justo o montante de R\$ 117.708, determinando um aumento de R\$ 74.226 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R\$ 53.482.

Os valores foram determinados com base em laudos de avaliação realizados por avaliadores independentes durante 2010, com acompanhamento de técnicos da Companhia, bem como com base em laudos internos elaborados por técnicos da Companhia. Tais laudos, externos e internos, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2011.

4.4.2 Imposto de renda e contribuição social

As mudanças no imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os CPCs e os IFRS e totalizavam R\$ 23.508 em 1º de janeiro de 2009, R\$ 23.198 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 310 no resultado do exercício em 2009.

4.4.4 Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

4.4.5 Reclassificações

Determinadas reclassificações de itens do balanço patrimonial foram necessárias para adequação aos requerimentos de apresentação das demonstrações financeiras, como segue:

- Imposto de renda e contribuição social diferidos – De acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente os saldos de imposto e de renda e contribuição social

Notas Explicativas

diferidos eram apresentados brutos e os ativos apresentados separadamente dos passivos. De acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, ativos e passivos decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados líquidos quando houver direito legal de os tributos correntes serem liquidados em bases líquidas. Adicionalmente, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados sempre no ativo ou passivo não corrente.

- Operações de transferência de ativos – "vendedor" e crédito rural – De acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente, os saldos decorrentes das transações de "vendedor" e crédito rural com clientes, realizadas junto a instituições financeiras, eram classificados como redutores dos saldos de contas a receber. De acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, tais transações se caracterizam como financiamentos garantidos pelos recebíveis dos clientes. Desta forma, os saldos decorrentes dessas transações passaram a ser registrados no passivo, como Empréstimos e financiamentos.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

- . Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009
- . Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

4.5 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009

	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
De acordo com o BR GAAP antigo	296.766	237.259
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.765	
Depreciação do custo atribuído	(913)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	<u>(24.927)</u>	<u>(25.237)</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>347.917</u>	<u>286.248</u>

4.6 Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>2009</u>
De acordo com o BR GAAP antigo	59.507
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.765
Depreciação do custo atribuído	(913)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	<u>310</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>61.669</u>

4.7 Ajustes de adoção inicial nas Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Em consonância com a Deliberação CVM Nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia reapresentará suas informações financeiras referentes aos trimestres de 2010, comparadas com os respectivos períodos de 2009, até 15 de maio de 2011.

Conforme divulgado na Nota 4, a administração aplicou o ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 gerando alterações nos valores já divulgados nas Informações Trimestrais.

Essas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Conforme requerido pela deliberação antes referida, os impactos nas informações trimestrais podem ser assim sumariados:

4.7.1 Conciliação do patrimônio líquido de Informações Trimestrais

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
De acordo com o BR GAAP antigo	245.048	227.907	278.054
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226	74.226
Depreciação do custo atribuído	(1.597)	(1.369)	(1.141)
Revisão das vidas úteis (depreciação)	4.953	4.212	3.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	<u>(24.694)</u>	<u>(24.771)</u>	<u>(24.849)</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>297.936</u>	<u>280.205</u>	<u>329.775</u>
	<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
De acordo com o BR GAAP antigo	331.966	302.198	242.127
Contabilização do custo atribuído	74.226	74.226	74.226
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Revisão das vidas úteis (depreciação)	2.051	1.345	664
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	<u>(25.004)</u>	<u>(25.082)</u>	<u>(25.159)</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>382.555</u>	<u>352.231</u>	<u>291.630</u>

4.7.2 Conciliação do lucro líquido de Informações Trimestrais:

<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
-------------------	-------------------	-------------------

Notas Explicativas

De acordo com o BR GAAP antigo	(51.718)	(68.859)	(18.711)
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	233	155	78
Revisão das vidas úteis (depreciação)	<u>2.189</u>	<u>1.447</u>	<u>720</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>(49.980)</u>	<u>(67.713)</u>	<u>(18.141)</u>
	<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
De acordo com o BR GAAP antigo	94.708	64.940	4.869
Depreciação do custo atribuído	(684)	(456)	(228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído	233	155	78
Revisão das vidas úteis (depreciação)	<u>2.051</u>	<u>1.345</u>	<u>664</u>
De acordo com CPCs e IFRS	<u>96.308</u>	<u>65.984</u>	<u>5.383</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora			
		<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Caixa e bancos			43.602	19.522	21.672
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,4 % do CDI		113.598	63.034	223.832
Debêntures – operações compromissadas (ii)	100,2 % do CDI		17.803	69.710	5.143
Outras aplicações			<u>1.051</u>	<u>774</u>	<u>163</u>
			<u>176.054</u>	<u>153.040</u>	<u>250.810</u>
		Consolidado			
		<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Caixa e bancos			44.476	20.840	22.053
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,4 % do CDI		113.598	63.034	223.832
Debêntures – operações compromissadas (ii)	100,2 %		17.803	69.710	5.143

Notas Explicativas

	do CDI			
Outras aplicações		<u>1.051</u>	<u>774</u>	<u>163</u>
		<u>176.928</u>	<u>154.358</u>	<u>251.191</u>

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB, são denominados em reais, com rentabilidade atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.

(ii) Debêntures – operações compromissadas, referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Contas a receber no país	430.081	416.830	444.752
Contas a receber no exterior	1.405	722	2.323
Perdas por “impairment” das contas a receber	(41.451)	(45.318)	(41.180)
Ajuste a valor presente	<u>(2.779)</u>	<u>(2.853)</u>	<u>(1.899)</u>
	387.256	369.381	403.996
Ativo circulante	<u>(387.256)</u>	<u>(369.381)</u>	<u>(403.570)</u>
Ativo não circulante	<u></u>	<u></u>	<u>426</u>

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1,2% ao mês (1,2% ao mês em 31 de dezembro de 2009 e 1,2% ao mês em 1º de janeiro de 2009) utilizando fluxo de caixa descontado.

Os saldos de contas a receber no exterior no valor de R\$ 1.405 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 2.323 em 1º de janeiro de 2009) estão denominados em dólares norte-americanos.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais.

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes incluem o valor de R\$ 53.291 (R\$ 64.883 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 88.182 em 1º de janeiro de 2009) que encontrava-se vencido, mas sem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Até três meses	9.896	11.659	35.550
De três a seis meses	841	2.625	9.125

Notas Explicativas

Mais de seis meses	<u>42.554</u>	<u>50.599</u>	<u>43.507</u>
	<u>53.291</u>	<u>64.883</u>	<u>88.182</u>

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes totalizavam R\$ 431.486 (R\$ 417.552 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 447.075 em 1º de janeiro de 2009) e estavam vencidas e provisionados os valores de R\$ 41.451 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 45.318 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 41.180 em 1º de janeiro de 2009). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Até três meses	15	4	162
De três a seis meses	20	145	1.371
Mais de seis meses	<u>41.416</u>	<u>45.169</u>	<u>39.647</u>
	<u>41.451</u>	<u>45.318</u>	<u>41.180</u>

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Em 1º de janeiro	45.318	41.180
Provisão para perdas das contas a receber	3.170	4.138
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	<u>(7.037)</u>	
Em 31 de dezembro	<u>41.451</u>	<u>45.318</u>

A constituição e a baixa da provisão para perdas das contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Outros ativos

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Adiantamentos a fornecedores (i)	21.553	14.256	44.267
Rateios de importações (ii)	3.112	3.112	3.104
Venda de imobilizado partes relacionadas (Nota 12)	1.667	3.600	
Adiantamentos a funcionários	1.197	984	621
Venda de imobilizado	153	6.780	3.316
Outras	<u>3.482</u>	<u>4.025</u>	<u>1.958</u>
	31.164	32.757	53.266
Ativo circulante	<u>(30.449)</u>	<u>(31.389)</u>	<u>(52.270)</u>

Notas Explicativas

Ativo não circulante

	<u>715</u>	<u>1.368</u>
	<u>996</u>	

- (i) Adiantamentos a fornecedores – refere-se a adiantamentos efetuados para certos fornecedores para compra de matéria-prima no curso normal das operações da Companhia.
- (ii) Rateios de importação – Refere-se a contas a receber de outras empresas de fertilizante por conta de importações compartilhadas.

8 Estoques

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Materias primas e embalagens	291.563	345.349	547.343
Importações em andamento	170.876	55.979	18.341
Adiantamentos a fornecedores	4.704	11.092	29.378
Almoxarifado	8.702	6.092	4.109
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.335)	(1.843)	(64.374)
Ajuste a valor presente		(733)	(910)
	<u>474.510</u>	<u>415.936</u>	<u>533.887</u>

- (i) Os estoques de materias primas e embalagens, em 31 de dezembro de 2010, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Em 1º de janeiro de 2009, os estoques contemplavam provisão de montante relevante para ajuste ao valor de mercado, uma vez que, naquela data, em razão da crise financeira mundial, os custos-médios de certos estoques estavam superiores aos preços esperados para a comercialização dos produtos.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 2.888.735 em 2010 (R\$ 2.820.413 em 2009).

Alguns itens do estoque que somam o valor de R\$ 40.022 em 31 de dezembro de 2010 estão dados em garantia de operações com fornecedores (Nota 18) e de financiamentos (Nota 19).

9 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS(i)	77.009	40.347	38.306
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS (ii)	65.213	58.598	38.331
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS	(184)	(216)	
Provisão para perda de créditos de ICMS-GO	(6.835)		
Programa de integração social – PIS	10.925	6.236	6.094
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>596</u>	<u>1.206</u>	<u>40.597</u>

Notas Explicativas

	<u>146.724</u>	<u>106.171</u>	<u>123.328</u>
	<u>(127.021)</u>	<u>(103.514)</u>	<u>(118.947)</u>
Ativo circulante			
Ativo não circulante (i)	<u>19.703</u>	<u>2.657</u>	<u>4.381</u>

- (i) Os saldos de COFINS serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 21.909, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e março de 2010, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Os créditos acumulados de ICMS serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. Na data das demonstrações financeiras, a companhia possui aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de Minas Gerais no montante de R\$ 7.387 e em processo de aprovação junto a autoridades estaduais de Minas Gerais o montante de R\$ 3.833 e de São Paulo o montante de R\$ 15.203. A companhia negociou a venda de crédito de ICMS a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$ 184 em 31 de dezembro de 2010. No Estado de Goiás foi provisionado para perda o montante de R\$ 6.835 em 31 de dezembro de 2010, referente ao estorno de crédito ICMS sobre as vendas internas com benefício de isenção.
- (iii) O ativo não circulante refere-se basicamente à parcela de PIS e da COFINS sobre ativo imobilizado cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2011 a 2014.

10 Imposto de renda e contribuição social**(a) Composição dos tributos correntes**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Ativo			
Imposto de renda a recuperar (i)	130.833	119.735	49.324
Contribuição social a recuperar (i)	<u>29.892</u>	<u>27.481</u>	<u>18.455</u>
	160.725	147.216	67.779
Ativo circulante	<u>(200)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(67.779)</u>
Ativo não circulante	<u>160.525</u>	<u>143.016</u>	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Passivo			
Imposto de renda a recolher	7.514		
Contribuição social a recolher	<u>3.161</u>		
Passivo circulante	<u>10.675</u>		

- (i) Os saldos de IRPJ e CSL a recuperar decorrem principalmente de recolhimento a maior realizado em 2008 e cujo pedido de restituição foi protocolado em 9 de abril de 2009 no valor total atualizado de R\$ 124.884. Em agosto de 2010 a Companhia impetrou mandado de segurança com o objetivo de provocar a manifestação da Receita Federal do Brasil quanto ao pedido anteriormente formulado. Por força do mandado de segurança impetrado, os créditos tributários foram objeto de análise da Receita Federal do Brasil que confirmou a legitimidade destes créditos. No momento a Companhia discute pretensão da Receita de compensar de ofício R\$ 6.413 dos créditos a restituir com saldos anteriormente incluídos no parcelamento da Lei 11.941.

Notas Explicativas

(b) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo			Diferido passivo		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	58.177	66.805	116.963			
Diferenças temporárias:						
Perda não realizada com instrumento financeiros	7.565	7.860			114	2.118
Provisão para comissões sobre vendas	2.870	2.126	2.018			
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	2.022	2.491	2.962			
Provisão para contingências	1.406	1.041				
Provisão para créditos de realização duvidosa	968	1.625	1.656			
Ajuste a valor presente	945	1.219	(3.258)	3.549	3.353	
Provisão para ajuste ao valor de mercado dos estoques	454	627	21.887			
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	214	395	543			
Ajuste de avaliação patrimonial				24.616	24.926	25.238
Outras	<u>2.541</u>	<u>289</u>	<u>2.110</u>	<u>1.693</u>		
	<u>77.162</u>	<u>84.478</u>	<u>144.881</u>	<u>29.858</u>	<u>28.393</u>	<u>27.356</u>

Os valores de compensação são os seguintes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados depois de 12 meses	41.317	55.755	106.744
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados em até 12 meses	<u>35.845</u>	<u>28.723</u>	<u>38.137</u>

Notas Explicativas

	<u>77.162</u>	<u>84.478</u>	<u>144.881</u>
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados depois de 12 meses	25.826	23.449	25.238
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem liquidados em até 12 meses	<u>4.032</u>	<u>4.944</u>	<u>2.118</u>
	<u>29.858</u>	<u>28.393</u>	<u>27.356</u>
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>47.304</u>	<u>56.085</u>	<u>117.525</u>

(c) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	35.845
2012	16.746
2013	19.874
2014	<u>4.697</u>
	<u>77.162</u>

Os passivos fiscais diferidos serão realizados, substancialmente, pelos prazos de realização do custo atribuído.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os ativos e passivos diferidos de diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a ser concretizada quando do efetivo pagamento das referidas provisões, momento em que as mesmas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

(d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>

Notas Explicativas

Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	88.386	77.226
Alíquota nominal dos tributos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(30.052)	(26.257)
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Perdão de multa e juros – Adesão ao parcelamento Lei 11.941/09		7.636
Benefícios fiscais e subvenções	3.712	352
Outras	<u>(241)</u>	<u>712</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(26.581)</u>	<u>(17.557)</u>
Corrente	(17.876)	(5.343)
Diferido	<u>(8.705)</u>	<u>(12.214)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(26.581)</u>	<u>(17.557)</u>
Alíquota efetiva dos tributos	<u>30%</u>	<u>23%</u>

(e) Regime Tributário de Transição

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das Companhias é realizada de acordo com o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime foi formalizada em 13 de outubro de 2009, época da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. A partir de 2010, este regime tributário passou a ser obrigatório.

11 Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos “swaps” são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nocional)			Valor justo			Curva do instrumento			Ganhos / perdas realizados		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Posição ativa												
Moeda estrangeira	506.466	515.003	13.550	506.011	512.260	13.458	507.010	513.827	13.416	23.974	6.034	175.958
Posição passiva												
Índice - CDI	<u>(506.466)</u>	<u>(515.003)</u>	<u>(13.550)</u>	<u>(528.261)</u>	<u>(535.042)</u>	<u>(13.283)</u>	<u>(528.261)</u>	<u>(534.390)</u>	<u>(13.284)</u>	<u>(84.757)</u>	<u>(124.108)</u>	<u>(17.670)</u>
Total	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>(22.250)</u>	<u>(22.782)</u>	<u>175</u>	<u>(21.251)</u>	<u>(20.563)</u>	<u>132</u>	<u>(60.783)</u>	<u>(118.074)</u>	<u>158.288</u>

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

(a) Descrição dos contratos

Os contratos de “swap” são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha “swaps” de moeda no valor nominal total de R\$ 506.466 (R\$ 515.003 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 13.550 em 1º de janeiro de 2009), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial.Nesses “swaps”, a Companhia recebia variação cambial do dólar norte-americano e pagava 100% do CDI.

(b) Vencimento dos contratos de “swap”

Os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	<u>Janeiro de 2011</u>	<u>Fevereiro de 2011</u>	<u>Março de 2011</u>	<u>Abril de 2011</u>
Banco Bradesco S.A.	9.893	5.935	16.850	8.600
Banco do Brasil S.A.	9.400	19.300	29.402	10.370
Banco Citibank S.A.	12.890	9.400	2.000	2.000
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	29.400	21.550	14.200	6.750
Banco Indusval Multistock S.A.	2.000	1.000	2.000	
Banco Itaú BBA S.A.	3.000	1.500	5.000	
Banco Pine S.A.	6.000	17.065	11.600	
Banco Rabobank INTL Brasil S.A.	6.000	8.000	4.000	
Banco WestLb do Brasil S.A.	<u>9.000</u>	<u>14.520</u>	<u>5.340</u>	
	<u>87.583</u>	<u>98.270</u>	<u>90.392</u>	<u>27.720</u>

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de *swap* são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

(d) Contratos sujeitos a chamada de margem

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui contratos com essas características.

Notas Explicativas**12 Partes relacionadas**

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detêm 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores não havendo nenhum possuindo mais de 5% destas.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações e estão resumidas a seguir:

Balanço	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Contas a receber (i)			
Dalton Dias Heringer	<u>526</u>	<u>1.087</u>	
Outros ativos - Demais contas a receber			
Dalton Dias Heringer (ii)			17
Dalton Carlos Heringer (ii)	633	1.600	
Juliana Heringer Resende (ii)	633	1.600	
Logfert Transportes S.A.	<u>9</u>	<u>19</u>	
	<u>1.275</u>	<u>3.219</u>	<u>17</u>
Total ativo	<u>1.801</u>	<u>4.306</u>	<u>17</u>
Fornecedores nacionais			
Logfert Transportes S.A.	<u>508</u>	<u>688</u>	
Demais contas a pagar			
Dalton Dias Heringer	<u>61</u>		
Total passivo	<u>569</u>	<u>688</u>	

- (i) As contas a receber decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios. Os preços contratados têm por base os praticados com terceiros e levam em conta o volume transacionado, os riscos envolvidos e as características dos produtos.
- (ii) As demais contas a receber em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, decorrem do contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200. O preço contratado tem como base laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Em 1º de janeiro de 2009, o saldo a receber decorre de adiantamentos efetuados para a compra de toras de eucalipto utilizadas no processo de construção de unidades industriais.

Resultado	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer	1.308	1.667

Notas Explicativas

Juliana Heringer Rezende		6
Roberto Rodrigues	2.345	3.113
	<u>3.653</u>	<u>4.786</u>
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer	(1.010)	(1.383)
Juliana Heringer Rezende		(1)
Roberto Rodrigues	(2.098)	(2.474)
	<u>(3.108)</u>	<u>(3.858)</u>
Despesas com vendas – Frete de entrega - PJ		
Logfert Transportes S.A.	48.786	25.192
Outras receitas operacionais		
Aluguel		
Dalton Dias Heringer	21	51
Resultado líquido vendas de ativo imobilizado		
Dalton Carlos Heringer		(1.203)
Juliana Heringer Rezende		(1.203)
	<u>21</u>	<u>(2.355)</u>
Compras		
Dalton Dias Heringer	709	311

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e encargos	1.723	2.049
Honorários dos administradores	2.042	1.972
Participação nos lucros	102	112
Benefícios de rescisão	556	
Outros	68	68
	<u>4.491</u>	<u>4.201</u>

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para seus administradores e funcionários.

13 Depósitos judiciais

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Tributários	12.001	4.744	5.271
Cíveis	1.253	2.026	2.371

Notas Explicativas

Previdenciários	984	595
Trabalhistas	602	
	<u>14.840</u>	<u>6.770</u>
	<u>8.237</u>	

14 Ativos disponíveis para venda

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Propriedades rurais	2.034	1.818	12.053
Terrenos e imóveis urbanos	1.147	1.344	1.064
Máquinas, implementos e equipamentos agrícolas	686	1.043	1.767
Veículos		25	44
Provisão para ajuste a valor justo	<u>(629)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(1.598)</u>
	<u>3.238</u>	<u>3.070</u>	<u>13.330</u>

Referem-se a bens recebidos de clientes em dação em pagamento. A provisão para perdas na realização é registrada para os casos em que o valor recebido em dação em pagamento é superior ao valor esperado na realização.

15 Investimentos

Em 28 de março de 2008, foi constituída a Logfert Transportes S.A. (anteriormente Lógica Transportes S.A.), subsidiária integral da Fertilizantes Heringer S.A. com capital social de R\$ 400, correspondente a 40.000 ações ordinárias, iniciando suas as operações de transportes rodoviários e prestação de serviços a terceiros em janeiro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 a Logfert Transportes S.A. possuía patrimônio líquido de R\$ 442 (R\$ 838 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 387 em 1º de janeiro de 2009). O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 26 (R\$ 451 em 2009).

16 Imobilizado

Composição e movimentação:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edifícios e construções</u>	<u>Máquinas e equipamentos e instalações industriais</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Hardware</u>	<u>Outros</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento (ii)</u>	<u>Adiantamento a fornecedor de ativo fixo (i)</u>	<u>Imobilizado total</u>
Em 1º de janeiro de 2009											
Custo	36.316	179.166	189.016	5.741	3.647	7.499	594	421.979	25.204	354	447.537
Depreciação e amortização acumuladas		<u>(8.643)</u>	<u>(19.467)</u>	<u>(1.728)</u>	<u>(1.412)</u>	<u>(3.209)</u>	<u>(173)</u>	<u>(34.632)</u>			<u>(34.632)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>36.316</u>	<u>170.523</u>	<u>169.549</u>	<u>4.013</u>	<u>2.235</u>	<u>4.290</u>	<u>421</u>	<u>387.347</u>	<u>25.204</u>	<u>354</u>	<u>412.905</u>

Em 31 de dezembro de 2009

Notas Explicativas

Saldo inicial	36.316	170.523	169.549	4.013	2.235	4.290	421	387.347	25.204	354	412.905
Aquisições	904	5	4.425	256	1.261	954	375	8.180	30.324	16.362	54.866
Baixas	(109)	(240)	(9.151)	(106)	(329)	(205)	(318)	(10.458)	(1.257)		(11.715)
Depreciação e amortização		(4.295)	(28.481)	(420)	(690)	(1.308)	(37)	(35.231)			(35.231)
Transferências	<u>3.426</u>	<u>8.026</u>	<u>35.218</u>	<u>665</u>		<u>225</u>	<u>61</u>	<u>47.621</u>	<u>(41.999)</u>	<u>(5.622)</u>	
Saldo contábil, líquido	<u>40.537</u>	<u>174.019</u>	<u>171.560</u>	<u>4.408</u>	<u>2.477</u>	<u>3.956</u>	<u>502</u>	<u>397.459</u>	<u>12.272</u>	<u>11.094</u>	<u>420.825</u>
Custo	40.537	186.957	219.508	6.556	4.579	8.473	712	467.322	12.272	11.094	490.688
Depreciação e amortização acumuladas	<u></u>	<u>(12.938)</u>	<u>(47.948)</u>	<u>(2.148)</u>	<u>(2.102)</u>	<u>(4.517)</u>	<u>(210)</u>	<u>(69.863)</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(69.863)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>40.537</u>	<u>174.019</u>	<u>171.560</u>	<u>4.408</u>	<u>2.477</u>	<u>3.956</u>	<u>502</u>	<u>397.459</u>	<u>12.272</u>	<u>11.094</u>	<u>420.825</u>
Em 31 de dezembro de 2010											
Saldo inicial	40.537	174.019	171.560	4.408	2.477	3.956	502	397.459	12.272	11.094	420.825
Aquisições	2.078		2.730	852	2.744	1.746	521	10.671	77.108	13.852	101.631
Baixas	(124)	(2.988)	(5.212)	(600)	(562)	(179)	(229)	(9.894)	(1)		(9.895)
Depreciação e amortização		(3.903)	(33.996)	(476)	(974)	(1.356)	(80)	(40.785)			(40.785)
Transferências	<u>386</u>	<u>33.438</u>	<u>51.465</u>	<u>337</u>		<u>2</u>	<u>3</u>	<u>85.631</u>	<u>(68.435)</u>	<u>(17.196)</u>	
Saldo contábil, líquido	<u>42.877</u>	<u>200.566</u>	<u>186.547</u>	<u>4.521</u>	<u>3.685</u>	<u>4.169</u>	<u>717</u>	<u>443.082</u>	<u>20.944</u>	<u>7.750</u>	<u>471.776</u>
Custo	42.877	217.407	268.491	7.145	6.761	10.042	1.007	553.730	20.944	7.750	582.424
Depreciação e amortização acumuladas	<u></u>	<u>(16.841)</u>	<u>(81.944)</u>	<u>(2.624)</u>	<u>(3.076)</u>	<u>(5.873)</u>	<u>(290)</u>	<u>(110.648)</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(110.648)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>42.877</u>	<u>200.566</u>	<u>186.547</u>	<u>4.521</u>	<u>3.685</u>	<u>4.169</u>	<u>717</u>	<u>443.082</u>	<u>20.944</u>	<u>7.750</u>	<u>471.776</u>

Notas Explicativas**Fertilizantes Heringer S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo de imobilizado líquido da depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 contempla R\$ 18 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2009) de equipamentos de informática relativos à controlada Logfert.

- (i) Refere-se a adiantamentos efetuados com crédito de ICMS para aquisição de caminhões e também para compra de equipamentos e serviços de construção e manutenção a serem aplicados, basicamente, nas unidades fabris de Dourados-MS, Rio Verde-GO e no Complexo Industrial de Paranaguá "CIP".
- (ii) Refere-se, substancialmente a, (i) ampliação nas unidades de Paranaguá-PR; Viana-ES, Catalão-GO; (ii) início da construção da unidade de Dourados-MS, com previsão das operações no segundo semestre de 2010; e (iii) modernização da fábrica "SSP – Super Fosfato Simples" em Paranaguá-PR.

Para conclusão das obras em andamento a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 8.205. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

A depreciação do exercício de 2010 alocada ao custo dos produtos vendidos monta a R\$ 37.670 (R\$ 34.302 em 31 de dezembro de 2009) e às despesas operacionais, R\$ 3.115 (R\$ 2.824 em 31 de dezembro de 2009).

Alguns itens do imobilizado que somam o valor líquido de R\$ 190.813 em 31 de dezembro de 2010 estão dados em garantia de operações com fornecedores (Nota 18) e de financiamentos (Nota 19).

17 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Total em operação	Intangível em andamento	Intangível total
Custo total	10.149	34	10.183		10.183
Amortização acumulada	(6.236)	(13)	(6.249)		(6.249)
Em 1º de janeiro de 2009	3.913	21	3.934		3.934
Aquisição	1.448		1.448	1.903	3.351
Alienação	(152)		(152)		(152)
Amortização	(2.115)	(7)	(2.122)		(2.122)
Em 31 de dezembro de 2009	3.094	14	3.108	1.903	5.011
Custo total	11.394	34	11.428	1.903	13.331
Amortização acumulada	(8.300)	(20)	(8.320)		(8.320)
Em 31 de dezembro de 2009	3.094	14	3.108	1.903	5.011
Aquisição	1.322		1.322	1.322	2.644
Amortização	(1.564)	(6)	(1.570)		(1.570)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010	<u>2.852</u>	<u>8</u>	<u>2.860</u>	<u>3.225</u>	<u>6.085</u>
Custo total	12.716	34	12.750	3.225	15.975
Amortização acumulada	<u>(9.864)</u>	<u>(26)</u>	<u>(9.890)</u>		<u>(9.890)</u>
	<u>2.852</u>	<u>8</u>	<u>2.860</u>	<u>3.225</u>	<u>6.085</u>
Taxas anuais de amortização					
- %	<u>20</u>	<u>20</u>			

Toda a amortização do exercício de 2010 foi alocada em despesas operacionais no valor de R\$ 1.570 (R\$ 2.071 em 31 de dezembro de 2009).

Intangível em andamento refere-se à implantação de sistemas informatizados iniciadas em 2009.

Em 2010, os gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas totalizaram R\$ 10 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2009).

O saldo líquido do intangível nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 contempla R\$ 6.157 (R\$ 5.103 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.934 em 1º de janeiro de 2009).

18 Fornecedores

A Companhia efetua a maior parte das compras de materias primas de fornecedores no exterior. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de fornecedores no exterior, que estão denominados em dólares norte-americanos, corresponde a R\$ 516.299 (R\$ 424.981 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 795.802 em 1º de janeiro de 2009).

As compras de materias primas junto a fornecedores estrangeiros são parcialmente garantidas por cartas de crédito contratadas com instituições financeiras (Nota 19), sendo os valores atualizados pela variação do dólar norte-americano.

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores nacionais com prazo superior a 30 dias e juros nominais das transações de 6,84% ao ano utilizando fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2010, o ajuste representava R\$ 10.439 (R\$ 9.863 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 14.838 em 1º de janeiro de 2009).

19 Empréstimos e financiamentos

	<u>Taxa de juros contratual</u>	<u>Taxa de juros efetiva</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Financiamentos de importação (i)					
Variável (2008 – US\$ 25.344 mil)	(2008 – LIBOR + 0,70 % a.a.)	(2008 – LIBOR + 0,70 % a.a.)			61.914
Fixo					
US\$ 272.875 mil (dezembro de 2009 US\$ 323.945mil)	Variação cambial + 2,61% a.a.	Variação cambial + 2,61% a. a.	449.687	558.146	578.325
Capital de Giro (ii)	10,37% a.a.	10,37% a.a.	7.502		
Finame (iii)	4,50% a.a.	4,50% a.a.	5.107		
Operações de “vendedor” (iv)	17,88% a.a.	17,88% a.a.	32.237	29.129	3.538
Operações de Credito Rural (iv)	6,75% a.a.	6,75% a.a.	43.872	32.932	47.657
Cédulas de crédito industrial - BNDES (v)	Variação do URTJLP + 5, 3%	Variação do URTJLP + 5, 3%	6.191	9.556	14.360

Notas Explicativas

	a.a.	a.a.			
Debêntures (vi)	DI + 4,5 % a.a.	DI + 5,19% a.a.	238.817		
			783.413	629.763	705.794
Passivo circulante			(549.199)	(623.541)	(696.018)
Passivo não circulante			234.214	6.222	9.776

LIBOR (London Interbank Offered Rate) - em 31 de dezembro de 2010 era de 0,45594% ao ano, repactuada semestralmente (2009 - 0,43 % ao ano)
 TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) - taxa de juros de longo prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil e calculada tendo por parâmetros metas de inflação e prêmios de risco. Em 31 de dezembro de 2010, a TJLP era de 6,00% ao ano (6,00% ao ano em 31 de dezembro 2009 e 6,25% ao ano em 1º de janeiro de 2009).

URTJLP - unidade de referência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atualizada com base na TJLP..

CDI - corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2010 foi de 10,64% ao ano (8,55% ao ano em 31 dezembro 2009 e 13,62% ao ano em 1º de janeiro de 2009).

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de materias primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das materias primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2010 estão garantidos por recebíveis que representam 23% do valor financiado; o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o primeiro semestre de 2011.

(iii) FINAME

Cédula de Crédito Industrial com recursos originários de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame ou BNDES.

	<u>31/12/2010</u>
2012	626
2013	638
2014	638
2015 em diante	<u>3.205</u>
	<u>5.107</u>

(iv) Operações de "vendedor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais, consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa.

(v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Referem-se a linhas de crédito, disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para construção das unidades de Paranaguá-PR, as quais estão garantidas pelo imóvel objeto do financiamento e, construção da unidade de Ourinhos-SP, tendo como garantia as unidades de Três

Notas Explicativas

Corações-MG e Manhuaçu-MG.

(vi) Debêntures

					Passivo em 31/12/2010		
Série	Quan- tidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	9.824	176.621	186.445
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	2.759	49.613	52.372
					<u>12.583</u>	<u>226.234</u>	<u>238.817</u>

A Empresa possui em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão particular, com valor nominal de R\$ 1.000 cada, com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescidos de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros têm vencimento semestral a partir de fevereiro de 2011. O principal possui vencimento em três parcelas iguais em fevereiro de 2012, de 2013 e de 2014.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

As garantias são: (i) a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos seus controladores; e (ii) garantia fidejussória dos acionistas controladores.

Análise de vencimento dos financiamentos

Os financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
2008			691.434
2009		61.061	4.585
2010		561.481	3.410
2011	549.200	3.335	3.410
2012	77.733	3.886	2.955
2013	76.638		
2014	76.638		
2015 em diante	<u>3.204</u>		
	<u>783.413</u>	<u>629.763</u>	<u>705.794</u>

(vii) Valor justo dos financiamentos

O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 241.094. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

Os valores justos dos FINIMPs - Financiamentos de importação baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 2,61 % a.a. (mais variação cambial)% em 31 de dezembro de 2010 (3,71 % a.a. (mais variação cambial) em 31 de dezembro de

Notas Explicativas

2009e 5,34 % a.a. (mais variação cambial) em 1º de janeiro de 2009).

(viii) Análise dos financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Reais	333.726	71.617	65.556
Dólares norte-americanos	<u>449.687</u>	<u>558.146</u>	<u>640.239</u>
	<u>783.413</u>	<u>629.763</u>	<u>705.795</u>

20 Provisões**(i) Análise das contingências provisionadas**

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais. Adicionalmente, a Companhia não possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa e cível, envolvendo ganhos classificados pela administração e seus consultores jurídicos como provável.

Nas datas abaixo, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

Contingências	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Contingências de naturezas:			
Tributárias	1.462	4.391	3.963
(-) Depósitos judiciais	<u>(1.161)</u>	<u>(3.115)</u>	<u>(1.982)</u>
	<u>301</u>	<u>1.276</u>	<u>1.981</u>
Trabalhistas e previdenciárias	2.320	287	263
(-) Depósitos judiciais	<u>(1.481)</u>	<u>(1577)</u>	<u>(921)</u>
	<u>839</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(658)</u>
Cíveis	354	276	275
(-) Depósitos judiciais	<u>(345)</u>		
	<u>9</u>	<u>276</u>	<u>275</u>
	<u>1.149</u>	<u>262</u>	<u>1.598</u>

A Companhia possui, ainda, depósitos judiciais não relacionados a contingências no montante de R\$ 14.840 (R\$ 6.770 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 8.237 em 1º de janeiro de 2009) (Nota 13).

Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais, referente a outras ações e processos administrativos, no montante de R\$ 3.600, que estão suportados por depósitos judiciais e respectiva provisão, bem como outras obrigações registradas como Tributos a recolher.

(ii) Movimentação das contingências provisionadas

Provisões para contingências

Notas Explicativas

Em 1º de janeiro de 2009	4.500
Adições	2.401
Reversões	(1.948)
Encargos	<u>35</u>
Em 31 de dezembro de 2009	4.988
Adições	2.855
Reversões	(3.996)
Encargos	<u>289</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u><u>4.136</u></u>

As reversões foram utilizadas nas mesmas contas em que as provisões e suas atualizações foram contabilizadas originalmente, ou seja, outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro.

(iii) Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir. Os valores apresentados estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Tributárias	32.503	25.827	25.418
Trabalhistas e previdenciárias	14.346	12.219	12.056
Cíveis	<u>9.792</u>	<u>7.972</u>	<u>6.263</u>
	<u><u>56.641</u></u>	<u><u>46.018</u></u>	<u><u>43.737</u></u>

As contingências tributárias referem-se a discussões envolvendo PIS, Cofins e ICMS, principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre o fisco e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia, referindo-se a pedidos de verbas por ex-funcionários, bem como discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal, originário de decisão judicial transitada em julgado, na época há mais de dois anos, e com valor líquido definido nos autos. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos, e também foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do pólo ativo, decisão essa que quanto a este ponto também já transitou em julgado.

Com o trânsito em julgado a Companhia passou a ser detentora inequívoca do crédito tributário, com a mesma constando definitivamente como autora nos autos do processo, sem qualquer possibilidade de questionamento por parte da União quanto ao valor do indébito bem como quanto à substituição de pólo.

Notas Explicativas

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09

A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003. Em 2005, com base em suposta vedação legal à compensação realizada, a Receita Federal do Brasil lavrou contra a Companhia auto de infração desconsiderando a compensação efetuada.

Muito embora a administração da Companhia, amparada por seus advogados, entenda que a compensação dos tributos tenha sido realizada no amparo da Lei, a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão dos benefícios e dos montantes envolvidos, tanto do passivo quanto dos créditos tributários adquiridos.

Sendo assim, foi necessária a desistência da discussão administrativa e a renúncia à discussão judicial sobre a compensação realizada na época, cujo valor atualizado, incluindo multa e juros, montava a R\$ 133.887 em 31 de dezembro de 2009. Com a adesão, a Companhia obteve, em 2009, os seguintes benefícios: (i) redução da dívida no valor de R\$ 21.852, correspondente a parcela de multa e juros; e (ii) compensação de prejuízos fiscais no montante de R\$ 47.481. Assim, o saldo remanescente, correspondente ao valor principal de R\$ 64.554, compensado à época, será objeto de parcelamento em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Autos de infração impostos pela atual Receita Federal do Brasil

Posteriormente, em abril de 2005, a Receita Federal do Brasil, com base em suposta vedação legal à compensação realizada constante à época no artigo 74 da Lei 9.430/96 e pretendendo aplicar retroativamente a Lei 11.051, editada em 29/12/2004, lavrou contra a Companhia auto de infração desconsiderando a compensação realizada. Diante do flagrante desrespeito às normas legais vigentes à época da compensação, que autorizavam a Companhia a proceder à compensação e, de modo a resguardar os interesses dos acionistas, a Companhia se viu instada a contestar tal ato, respaldada na opinião de advogados especialistas.

Adicionalmente, em 6 de outubro de 2006, a atual Receita Federal do Brasil, também fundamentando-se na norma editada posteriormente à época em que se deu a compensação, (Lei nº 11.051/04), lavrou auto de infração para impor à Companhia multa isolada no valor de R\$ 56.440, correspondente ao percentual de 75% do valor principal dos créditos compensados. A Companhia também se defende desta autuação na esfera administrativa com base em pareceres de advogados, os quais indicam o grau de risco como de perda remota. Em resultado do julgamento da primeira instância administrativa realizado em 27 de novembro de 2009, a Companhia teve sua defesa acatada ocorrendo o julgamento favorável com a conseqüente anulação do lançamento relativo à mencionada multa isolada. Tal decisão, por determinação legal, está sendo levada à apreciação do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), em razão do reexame necessário, mantendo nossos consultores a opinião de que o risco de perda (reversão da decisão de primeira instância) é remoto.

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição

Considerando a opção pelo parcelamento do débito objeto da compensação comentada, a Companhia retomará a satisfação de seus créditos tributários por via da ação de execução própria, cujo montante

Notas Explicativas

atualizado pelo critério estabelecido na sentença judicial, IPCA-E mais 1% ao mês, é de R\$ 140.171 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 127.527 em 31 de dezembro de 2009).

O reconhecimento nas demonstrações financeiras foi feito pelo custo de aquisição dos referidos créditos, acrescido pela atualização definida em sentença judicial, que em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 102.192 (R\$ 90.448 em 31 de dezembro de 2009). O registro pelo custo de aquisição atualizado está fundamentado em entendimento exarado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de seu ofício nº 379/07 de 5 de novembro de 2007, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2010, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 37.978 (R\$ 37.079 em 31 de dezembro de 2009), será registrada nas demonstrações financeiras à medida em que os créditos sejam realizados através do recebimento via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatórios está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravos de instrumento Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

(v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações cíveis individuais pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo. Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como prováveis as chances de êxito no que tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de êxito da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Vide detalhes na Nota 32, Informações por segmento operacional.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 1º de janeiro de 2009, o capital social está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

(b) Reservas de lucros

(i) Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6404/76, exceder 30% do capital social.

(ii) Incentivos fiscais

Apoio fiscal - PSDI

Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a instrução CVM 555/08, que aprovou o pronunciamento CPC 7 – Subvenção e assistência governamental, a partir de 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros – Incentivos fiscais.

(c) Destinação dos resultados e Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Investimentos” que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2010, o lucro líquido do exercício de R\$ 41.485, incluindo montante que seria destinado à Reserva de lucro - Incentivos fiscais de R\$ 20.321, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**22 Receita**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas brutas de produtos	3.586.174	3.260.988
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções das vendas	(18.342)	(25.028)
Impostos sobre as vendas	(46.359)	(43.646)
Receita	<u>3.521.473</u>	<u>3.192.314</u>

23 Despesas por natureza

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Materias primas e materiais de produção	2.886.310	2.815.584
Despesas com transporte	150.449	132.562
Despesas com pessoal	126.722	94.413
Despesas comerciais	52.240	42.153
Encargos de depreciação e amortização (Notas 16 e 17)	42.355	38.300
Participação nos lucros (Nota 30)	4.506	3.318
Despesas com publicidade	4.525	1.712
Pagamentos de arrendamentos operacionais (Nota 27)	2.425	2.977
Outras despesas	105.273	85.008
Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas	<u>3.374.805</u>	<u>3.216.027</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Benefício fiscal do Estado de Sergipe (i)	18.468	27.776
Reversão de deságio de créditos adquiridos (Nota 20)		(29.917)
Outras, líquidas	4.427	(7.336)
	<u>22.895</u>	<u>(9.477)</u>

- (i) Benefício fiscal do Estado de Sergipe - correspondente à redução de 92% do ICMS apurado na unidade de Rosário do Catete-SE (Nota 2.2(w)).

25 Despesas financeiras, líquidas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(84.757)	(124.108)

Notas Explicativas

Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(51.717)	(87.508)
Despesas com ajustes a valor presente	(47.300)	(66.039)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(31.440)	(31.674)
Variações monetárias passivas	(396)	(70)
	<u>(215.610)</u>	<u>(309.399)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	29.579	59.615
Receitas com ajustes a valor presente	26.364	19.973
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	23.974	6.034
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.332	15.326
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	7.088	19.203
	<u>97.337</u>	<u>120.151</u>
Despesas financeiras, líquida	<u>(118.273)</u>	<u>(189.248)</u>
26 Variação cambial, líquida		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Variação cambial ativa	102.494	612.322
Variação cambial passiva	(65.424)	(311.109)
Variação cambial, líquida	<u>37.070</u>	<u>301.213</u>

27 Operações de arrendamento mercantil**(a) Arrendatária**

A Companhia arrenda certos ativos, em sua maioria instalações industriais exceto por um servidor que representa 3 % dos gastos totais com arrendamento em 2010. Os contratos de arrendamento operacionais não são canceláveis e os termos dos arrendamentos são mencionados abaixo:

Vigência		Objeto do contrato de locação
Início	Fim	
21/06/10	21/05/13	Servidor HP
19/11/01	31/12/14	Camaçari
01/05/08	31/12/11	Bebedouro
23/11/04	22/09/11	Rondonópolis I
01/07/07	31/03/11	Rondonópolis II
02/01/07	31/12/10	Rio Brilhante
01/08/07	31/01/12	Porto Alegre
02/05/05	14/04/10	Catalão
01/01/07	07/05/09	Bom Jesus de Goiás

As despesas com arrendamentos operacionais em 2010 foram de R\$ 2.425 (R\$ 2.977 em 2009) e são

Notas Explicativas

registradas em custos dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Menos de um ano	1.895	2.425
Mais de um ano e menos de quatro anos	<u>2.385</u>	<u>4.279</u>
	<u>4.280</u>	<u>6.704</u>

28 Instrumentos financeiros**(a) Instrumentos financeiros da controladora por categoria**

	<u>31/12/2010</u>			
	<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>Ativos mensurados ao valor justo através do resultado</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Investimentos		460		460
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados			387.256	387.256
Caixa e equivalentes de caixa	<u>176.054</u>			<u>176.054</u>
	<u>176.054</u>	<u>460</u>	<u>387.256</u>	<u>563.770</u>

	<u>31/12/2010</u>			
	<u>Passivos mensurados ao valor justo através do resultado</u>	<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
Passivo, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	783.413			783.413
Instrumentos financeiros derivativos		22.250		22.250
Outros instrumentos financeiros				-
Fornecedores			561.506	561.506
	<u>783.413</u>	<u>22.250</u>	<u>561.506</u>	<u>1.367.169</u>

	<u>31/12/2009</u>				
	<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>Ativos mensurados ao valor justo através do resultado</u>	<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Investimentos		977			977
Instrumentos financeiros derivativos			335		335

Notas Explicativas

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados				369.381	369.381
Caixa e equivalentes de caixa	153.040				153.040
	<u>153.040</u>	<u>977</u>	<u>335</u>	<u>369.381</u>	<u>523.733</u>
	31/12/2009				
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total	
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	629.763				629.763
Instrumentos financeiros derivativos		23.117			23.117
Fornecedores			600.945		600.945
	<u>629.763</u>	<u>23.117</u>	<u>600.945</u>		<u>1.253.825</u>
	1/1/2009				
	Caixa e equivalentes de caixa	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Investimentos		526			526
Instrumentos financeiros derivativos			175		175
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados				403.570	403.570
Caixa e equivalentes de caixa	250.810				250.810
	<u>250.810</u>	<u>526</u>	<u>175</u>	<u>403.570</u>	<u>655.081</u>
	1/1/2009				
		Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos		705.795			705.795
Fornecedores			846.659		846.659
		<u>705.795</u>	<u>846.659</u>		<u>1.552.454</u>

(b) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de “vendedor” e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os

Notas Explicativas

valores registrados no ativo e no passivo circulante, exceto operações relacionadas a importação de matérias primas, têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(c) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de “Hedge”, encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de “Hedge” avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de “hedge” adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de “hedge”.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

(iii) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas Explicativas

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Importação em andamento – US\$ 102.554mil (2009 – US\$ 32.150mil)	Até 35 dias	(170.876)	(55.979)	(18.341)
Fornecedores no exterior:				
Garantidos por carta de crédito – US\$ 0 mil (2009 – US\$ 0mil)	Até 141 dias			169.047
Não garantidos por carta de crédito – US\$ 309.866mil (2009 – US\$ 244.074mil)	Até 179 dias	516.299	424.981	626.755
Empréstimos e financiamentos				
Financiamentos de importação – US\$ 272.875mil (2009 – US\$ 323.945mil)	Até 210 dias	449.687	558.146	640.239
Demais contas a pagar (receber) líquidas – US\$ 7.997mil (2009 – US\$ 11.679mil e EURO \$ 8 mil)	Até 270 dias	<u>8.348</u>	<u>14.429</u>	<u>17.610</u>
		803.458	941.577	1.435.310
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais US\$ 303.965 (2009 – US\$ 295.775)	Até 108 dias	<u>(506.466)</u>	<u>(515.003)</u>	<u>(13.550)</u>
Exposição líquida		<u>296.992</u>	<u>426.574</u>	<u>1.421.760</u>

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e conseqüente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar estadunidense no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um “hedge” natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratada em 31 de dezembro de 2010 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de “Hedge”.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo

Notas Explicativas

contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo			
Baixo risco para longo prazo	146.177	138.181	243.155
Baixo risco para médio prazo	23.709	11.354	7.177
Baixo risco para curto prazo	<u>6.168</u>	<u>3.505</u>	<u>478</u>
	<u>176.054</u>	<u>153.040</u>	<u>250.810</u>
Ativos financeiros derivativos			
Baixo risco para longo prazo	<u></u>	<u>335</u>	<u>175</u>

(ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da

Notas Explicativas

Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	691.434	11.693	9.752	
Instrumentos financeiros derivativos	13.550			
Fornecedores e outras obrigações	846.650			
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	620.206	10.998	4.680	
Instrumentos financeiros derivativos	515.003			
Fornecedores e outras obrigações	600.945			
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	627.609	218.177	18.552	4.850
Instrumentos financeiros derivativos	506.466			
Fornecedores e outras obrigações	561.506			

(iv) Análise de sensibilidade – Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos. A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial - Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 1,6662 / US\$ e a taxa de CDI de 10,64 % a.a, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2010, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI variem de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
-25%	-50%	25%	50%
R\$ 1,2497	R\$ 0,8331	R\$ 2,0828	R\$ 2,4993

Notas Explicativas

"Hedge" - "Swap"	<u>(126.617)</u>	<u>(253.233)</u>	<u>126.617</u>	<u>253.233</u>
------------------	------------------	------------------	----------------	----------------

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
	-25%	-50%	25%	50%
	<u>CDI 8,0% a.a</u>	<u>CDI 5,3% a.a</u>	<u>CDI 13,3% a.a</u>	<u>CDI 16,0% a.a</u>
Instrumentos financeiros derivativos				
"Hedge" - "Swap"	<u>(19.720)</u>	<u>(17.143)</u>	<u>(24.737)</u>	<u>(27.180)</u>

Instrumentos financeiros não derivativos**Câmbio**

	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário III</u>
	-25%	-50%	25%	50%
	<u>R\$ 1,2497</u>	<u>R\$ 0,8331</u>	<u>R\$ 2,0828</u>	<u>R\$ 2,4993</u>
IA - Importação em Andamento	(42.714)	(85.436)	42.714	85.436
Fornecedor no exterior	129.075	258.149	(129.075)	(258.149)
Financiamento de importação	112.422	224.844	(112.422)	(224.844)
Demais contas a pagar	<u>2.087</u>	<u>4.174</u>	<u>(2.087)</u>	<u>(4.174)</u>
	<u>200.870</u>	<u>401.731</u>	<u>(200.870)</u>	<u>(401.731)</u>

Juros

	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário III</u>
	-25%	-50%	25%	50%
	<u>CDI 8,0% a.a</u>	<u>CDI 5,3% a.a</u>	<u>CDI 13,3% a.a</u>	<u>CDI 16,0% a.a</u>
Debêntures	<u>(18.098)</u>	<u>(12.096)</u>	<u>(30.089)</u>	<u>(36.197)</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(d) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra “i” do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% sobre a receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2010 este índice ficou em 21,9%. Em 31 de dezembro de 2009 foi de 15,9% e em 1º de janeiro de 2009 de 28,4%, o qual embora tenha ultrapassado o limite estabelecido, em razão da crise mundial verificada à época, foi devidamente aprovado.

29 Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos.

No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 6.300, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 31.970, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 6.509. Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

30 Participação dos empregados nos lucros

Em 2010 e 2009, não houve participação complementar dos empregados nos lucros em face da compensação de prejuízos de anos anteriores no exercício. O valor das participações dos empregados nos lucros a título de adiantamento em 2010 foi de R\$ 4.506 (R\$ 3.318 em 2009).

O adiantamento concedido a título de participação dos empregados nos lucros é tratado como custo ou despesa operacional e classificado nas respectivas rubricas das demonstrações financeiras e o saldo provisionado de participação complementar dos empregados nos lucros ou resultados, descontando o adiantamento, é registrado em rubrica específica da demonstração do resultado do exercício.

31 Lucro líquido por ação

(a) Básico e diluído

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	61.805	61.669
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	<u>1,2751</u>	<u>1,2723</u>

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento como efeito diluidor sobre o lucro por ação.

Notas Explicativas

32 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras. Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são as seguintes:

	2010			2009		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	35.912	3.550.262	3.586.174	100.309	3.160.679	3.260.988
Deduções e impostos sobre vendas		(64.701)	(64.701)		(68.674)	(68.674)
Receita líquida de vendas	35.912	3.485.561	3.521.473	100.309	3.092.005	3.192.314
Custos dos produtos vendidos	(59.511)	(2.996.707)	(3.056.218)	(144.001)	(2.807.568)	(2.951.569)
Lucro bruto total	(23.599)	488.854	465.255	(43.692)	284.437	240.745
Despesas operacionais, líquidas			(295.666)			(273.484)
Receitas (despesas) financeiras líquidas			(81.203)			111.965
Lucro operacional			88.386			79.226
Imposto de renda e contribuição social			(26.581)			(17.557)
Lucro líquido exercício			61.805			61.669
Depreciação e amortização	14.254	28.487	42.741	14.412	25.186	39.598

Notas Explicativas

EBITDA	<u>(9.345)</u>	<u>221.676</u>	<u>212.331</u>	<u>(29.280)</u>	<u>36.140</u>	<u>6.860</u>
--------	----------------	----------------	----------------	-----------------	---------------	--------------

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Sudeste	1.884.400	1.724.710
Centro-Oeste	823.764	789.999
Norte-Nordeste	495.888	431.320
Sul	<u>382.122</u>	<u>314.959</u>
Receita bruta de vendas	<u>3.586.174</u>	<u>3.260.988</u>

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

<u>Tipos de produto</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Convencionais	2.347.390	2.186.529
Diferenciados	1.191.433	967.711
Venda Industrial	<u>47.351</u>	<u>106.748</u>
Receita bruta de vendas	<u>3.586.174</u>	<u>3.260.988</u>

<u>Cultura</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Cana	728.338	548.523
Soja	623.681	683.515
Milho	611.335	522.883
Café	600.566	586.432
Reflorestamento	214.612	173.242
Outras	<u>807.642</u>	<u>746.393</u>
Receita bruta de vendas	<u>3.586.174</u>	<u>3.260.988</u>

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	<u>31 de dezembro de 2010</u>		<u>31 de dezembro de 2009</u>		<u>1º de janeiro de 2009</u>	
	<u>Industrial</u>	<u>Misturadoras</u>	<u>Industrial</u>	<u>Misturadoras</u>	<u>Industrial</u>	<u>Misturadoras</u>
Estoques	4.192	470.317	3.570	412.366	38.943	494.945
Imobilizado	118.763	353.014	131.792	289.033	134.825	278.080
Demais ativos		<u>1.076.043</u>		<u>971.261</u>		<u>1.042.479</u>

Notas Explicativas

Total dos ativos	<u>122.955</u>	<u>1.899.374</u>	<u>135.362</u>	<u>1.672.660</u>	<u>173.768</u>	<u>1.815.504</u>
------------------	----------------	------------------	----------------	------------------	----------------	------------------

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 20, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e, (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

A administração, contudo contesta administrativa e judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos administrativos e judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda decisão a ser proferida nos autos, por meio da qual a Companhia pretende a liberação de todo o seu parque industrial.

Além dos recursos administrativos e judiciais antes citados, administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Recentemente, foram retomados os contatos com os representantes do Ministério Público Federal e Estadual, com vistas a nova tentativa de celebração de acordo.

A Companhia recebeu ainda diversas ações cíveis movidas por moradores da região onde está instalada a unidade de Paranaguá pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo. As ações são idênticas, isto é, não há qualquer individualização da tese, argumentação e pedidos em relação às especificidades de cada um dos autores. O valor total das ações movidas, considerando as ponderações efetuadas pelos consultores jurídicos da Companhia, é estimado em R\$ 16.220. Os consultores jurídicos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nessas demandas, uma vez que a fase de produção de provas ainda não se iniciou.

Notas Explicativas

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. Em valores de 2009, a produção da unidade industrial representou 3,1% da receita bruta anual da Companhia. Desde a paralisação da unidade foi registrado diretamente no custo dos produtos vendidos o montante de R\$ 20.043 relativo principalmente a gastos gerais de fabricação e depreciação.

*

*

*

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fertilizantes Heringer S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras¹ individuais da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Fertilizantes Heringer S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" ES

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" ES

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia FERTILIZANTES HERINGER S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido, de acordo com o artigo 4º. da Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e a vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, datado de 10 de março de 2011. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios, estudos e demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, manifestando-se, na forma do artigo 163 da Lei no. 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Viana – ES, 10 de março de 2011.

PEDRO GILBERTO DE SOUZA GOMES
Presidente do Conselho Fiscal

ALFREDO GONÇALVES MARTINS
Conselheiro

ANTÔNIO NELSON NAIME
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Dalton Carlos Heringer - Diretor Presidente

Juliana Heringer Rezende - Diretora Administrativa

Rodrigo Bortolini Rezende - Diretor Financeiro

Wilson Rio Mardonado - Diretor de Controladoria e Relações com Investidores

Alfredo Fardin - Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Dalton Carlos Heringer - Diretor Presidente

Juliana Heringer Rezende - Diretora Administrativa

Rodrigo Bortolini Rezende - Diretor Financeiro

Wilson Rio Mardonado - Diretor de Controladoria e Relações com Investidores

Alfredo Fardin - Diretor Comercial